JORNAL UNIVERSITÁRIO

N.º 12 — RECIFE — AGÔSTO 1969 — ANO II

NOVOS LIVROS DA IMPRENSA UNIVERSITARIA

A Imprensa Universitária lançou, no dia 11 de agôsto, 23º aniversário da Universidade Federal de Pernambuco, mais seis livros de autores pernambucanos, além de revistas e os Anais do Seminário de Tropiçologia. Na ocasião falaram os professôres Luís Delgado, Newton Sucupira e o escritor Gilberto Freyre, ressaltando todos a importância cultural do acontecimento. Na foto, o escritor Gilberto Freyre quando falava.

XILOGRAVURA POPULAR DO NORDESTE

ARIANO SUASSUNA

Meu interêsse pela xilogravura popular no Nordeste vem longe, pois é contemporâneo dos meus primeiros contactos mais conscientes com o próprio Romanceiro.

Em 1947, escrevi o primeiro poema feito no Nordeste sôbre cangaceiros e seguindo o tom e a forma dos nossos **folhetos**. Foi o "Romance dos Guabirabas", cujo manuscrito perdi. Conservei dêle apenas um trecho, publicado na revista "Estudantes", da Faculdade de Direito, em 1948, e umas partes que reescrevera também nesse ano sendo a versão original de 1946 ou 47. Recentemente, porém, meu caro amigo Carlos Alberto de Buarque Borges, hoje professor em São José dos Campos, São Paulo, me deu uma cópia do original, que êle guardara sem eu saber. Juntei então os pedaços que ainda tinha do poema com o resto que êle guardara e consegui refazer o poema todo.

Conto êsse fato para referir outro, acontecido então. Escrito o **romance**, fui procurar João Martins de Athayde para que êle o editasse em forma de folheto, com gravura em madeira ilustrando a capa. João Martins tinha oficina, por êsse tempo, num bêco que ficava nas imediações da Praça do Mercado. Não me lembro bem do nome da rua, sei que era alguma coisa relacionada com o Mar: parece-me que era Travessa dos Pescadores. Era um homem de estatura média, entroncado, com o rosto largo, pálido e sulcado. Recebeu meu poema dizendo que ia fazer tudo para editá-lo. Voltei daí a três dias e recebi uma má notícia: dispondo, como dispunha, de poucos tipos, a composição do meu **romance** iria prejudicar o trabalho normal da casa. Além disso, confessou-me lealmente que estranhara certas inovações do **romance**: havia, por exemplo, um pedaço escrito em prosa poética, o que, segundo êle, iria causar problemas na tipografia, uma vez que já estavam acostumados com as formas tradicionais das estrofes dos folhetos e da arrumação gráfica do número de fôlhas. Êste foi, aliás, um dos motivos de eu ter, logo depois, modificado êsse trecho do poema: já preocupado, naquele tempo, em me identificar com a tradição popular do Nordeste, atendi à crítica do Mestre João Martins de Athayde e reescrevi a prosa numa forma mais aproximada do Romanceiro.

De qualquer modo, porém, foi essa a minha primeira tentativa de obter, para um trabalho meu, uma edição em folheto, com xilogravura popular na capa.

Cinco anos depois, em junho de 1925, publiquei, no "Diário de Pernambuco", dois artigos sôbre a Arte barrôca (recriada, no Nordeste, sob forma popular) e sôbre a própria Arte popular nordestina. Poderia ter escrito êsse artigo sob forma geral. Preferi, porém, escolher determinadas artes para, refletindo no concreto sôbre elas, fazer um pouco de Teoria das Artes em geral. As artes escolhidas foram a Escultura de origem barrôca e a Xilogravura popular.

Êsses dois artigos meus não são bons. Confusos e contraditórios, refletem a perplexidade, a dilaceração em que me encontrava naquele momento de meu trabalho de escritor. Era o tempo em que eu sentia que nossa geração tinha alguma coisa a dizer e que, para dizê-la, não nos bastavam as idéias e os caminhos abertos nem pelos Modernistas nem pelos Regionalistas. Éramos todos, como somos, devedores a uns e a outros, principalmente ao Regionalismo e à Escola do Recife. Mas havia também em ambos os casos algo que nos separava. Nos Modernistas, o que não me agradava era a origem cosmopolita e a artificial preocupação vanguardeira. Os Regionalistas, sendo também tradicionalistas, ajudavam-nos nessa oposição. Mas tinha uma certa tendência neonaturalista que foi a linha seguida por todos os romancistas do Regionalismo.

Eu já tentara, com a peça "Uma Mulher Vestida de Sol" e com o "Auto de João da Cruz" um teatro ligado ao Romanceiro, um teatro mais poético do que realista: mas não era, ainda, o que eu queria. Duas outras peças, "Os Homens de Barro" e "O Arco Desolado", foram duas tentativas falhadas: mas serviram para ampliar horizontes. De modo tal que, em 1955, eu retomava o caminho do Romanceiro e, com o "Auto da Compedecida" fazia a primeira experiência, para mim satisfatória, daquilo que seria, daí, em diante, o meu caminho.

De qualquer maneira, confusos e contraditórios como fossem, aquêles dois artigos de 1952 foram um ponto de partida para mim e para meus companheiros do Teatro do Estudante de Pernambuco. Foi a partir dêles que eu e Aloisio Magalhães começamos a pesquisar e refletir sôbre a gravura, e foi dessas reflexões nossas que surgiu, em 1953, o album de gravuras populares publicado pelo Départamento de Documentação e Cultura, por sugestão de Aloisio Magalhães a José Césio Regueira Costa.

Daí em diante, a consciência da importância da gravura popular nordestina foi cada vez mais aumentando em mim. O que mais me interessava nela eram as possibilidades que abria para a criação de uma gravura erudita de raízes realmente brasileiras e nordestinas. Até aquêle momento, a grande hora da gravura brasileira identificava-se com Goeldi — nome que escrevo com a mesma gratidão, com o mesmo respeito com que escrevo o de Villa Lobos, o de Euclides da Cunha ou José Lins do Rêgo. Apesar disso, porém, havia, na gravura de Goeldi, algo que me deixava instisfeito. Era principalmente a ligação dela, mesmo nos seus momentos mais brasileiros e pessoais, com a gravura expressionista européia. Havia também, em Goeldi, como no romance regionalista, uns certos aspectos neo-naturalistas, a presença da luz, do claro-escuro e da profundidade, coisas que, a meu ver, deveriam ser evitadas na xilogravura com a qual sonhava. Eu via reproduções de gravuras medievais européias e sentia nelas uma pureza, uma limpeza, uma fôrça que faltavam à gravura da Renascença e à gravura moderna, apesar de muito mais elaboradas.

Comecei então, como já fazia na Literatura, a refletir, a observar, a comparar, agora no campo da Gravura. Descobri, penosamente, devagar, a custa de muito ver e muito pensar, que, na gravura medieval mais primitiva, o que me agradava era o real transfigurado pelo poético, o real como mero ponto de partida, o achatamento geral da gravura pela ausência da profundidade, pela falta de claro-escuro e de perspectiva, assim como a predominância do traço limpo e puro e forte contornando as figuras.

Ora, eram mais ou menos essas as características da nossa xilogravura popular. Passei então a colecionar folhetos, não só pelo interêsse literário que encontrava nêles como pela xilogravura em si mesma. Até que tive a sorte de ver uma grande figura de artista, Gilvan Samico, realizar e exceder, no campo da gravura erudita brasileira, tudo aquilo que eu sonhava.

Para Samico, a influência decisiva, aquilo que lhe serve de fonte, guia e raiz é a da Xilogravura popular nordestina. Do mesmo jeito que acontece comigo, que recebi e recebo influência de todo mundo, mas que lembro sempre duas coisas: primeiro, que a influência central e decisiva é a do Romanceiro e do Teatro populares do Nordeste; segundo, que, recebendo influência de todos os lados, meu Teatro e minha Poesia, tudo o que escrevo, tem um núcleo pessoal meu, de modo que as contribuições que são trazidas de fora são incorporações e não verdadeiras influências. É uma justiça que se deve fazer a Gilvan Samico, cuja obra é pessoal, inconfundível, com a marca poderosa e original que possuem todos os grandes artistas criadores.

A partir daí, a Gravura popular cresce cada vez mais na minha vista e no meu sangue. De todos os lados vinham-me luzes novas, acenos novos, — dos folhetos, dos romances, dos velhos gravadores como Damasio Paulo, e de novos que iam surgindo, como Dila, pernambucano de Caruaru, e o paraibano José Costa Leite. As Universidades nordestinas começaram a manifestar interêsse pelo assunto. A do Ceará fêz uma exposição de xilogravuras populares nordestinas na Europa; e a de Pernambuco, a pedido de Abelardo Rodrigues, imprimiu um outro album contendo gravuras encomendadas por êsse pintor a um gravador popular. Aliás, Abelardo Rodrigues, realizou, na Suiça, se não me engano, uma exposição que antecedeu a cearense e que foi marco importante no reconhecimento da xilogravura popular como manifestação decisiva da Arte nordestina.

Depois, eu travava conhecimento, num curso que dei sôbre o Romanceiro, com um rapaz interessado nesses assuntos — Evandro Rabello. Evandro Rabello, espírito curioso e cheio de tenacidade, pôs-se em campo e, com as qualidades inatas de pesquisador (quase de todo ausentes em mim), reuniu uma maravilhosa coleção de folhetos, dos mais antigos editados no Nordeste. Foi o mesmo Evandro Rabello que, logo depois, descobria a casa de José Costa Leite e organizava por conta própria um album, contendo gravuras dêsse poeta e gravador popular paraibano, radicado em Pernambuco. Evandro Rabello, que é homem generoso e sem qualquer marca de mesquinharia, pediu-me que escrevesse uma introdução para aquêle album — coisa que êle mesmo poderia ter feito, porque inteligência e gôsto não lhe faltam. E é êsse mesmo Evandro Rabello que repete agora a generosidade, pedindo-me nova introdução para êste outro álbum de gravuras de José Costa Leite.

A impressão dêsse foi feita sob os auspícios do Museu do Açúcar que, através de seu Diretor, Luiz Oiticica, presta mais êste serviço à cultura nordestina. Luiz Oiticica é caso raro entre os nossos homens públicos, porque alia a suas qualidades de administrador uma compreensão larga e aberta para os problemas da cultura. Entre as pessoas que conheço, é uma das poucas que sabem que dinheiro gasto em cultura é dinheiro que reverte em favor de tôda a comunidade.

As gravuras dêste álbum são, quase tôdas, **provocadas**. Digamos assim, para diferençá-las da arte dirigida, comum em tais casos. Evandro Rabello fêz sòmente dois pedidos a José Costa Leite: que as xilogravuras fôssem um pouco maiores do que as dos folhetos e que êle escolhesse temas ligados à "civilização do açúcar" — a seu cotidiano, a seus tipos, aos espetáculos populares mais importantes e presentes, aliás, também na zona da "civilização do couro". No mais, o artista teve liberdade total.

Assim, as xilogravuras aqui reunidas mantém, mais ou menos, tôdas aquelas características de pureza e fôrça da xilogravura popular nordestina — o real e o fantástico misturados, o poético, a presença mais de personagens e mitos do que de pessoas, a combinação chapada de zonas negras e traços vigorosos; características que, aliás, têm suas correspondências impressionantemente semelhantes às da própria Literatura dos folhetos de nosso Romanceiro.

Por isso, apesar de ainda muito boas, as gravuras de menor qualidade entre as aqui reunidas são aquelas em que a preocupação documental prendeu mais o artista ao real. É por isso que gravuras como "Vendedor de Rolete", "Interior de Engenho", "O Eito", "Pastoril" e "Procissão", mesmo boas, são inferiores a "Engenho" (vista exterior), "Terno de Pífanos", "Carro de Boi", "Caminhão de Cana", "Caldo de Cana", "Cambiteiros", Bêbado Prêso", "Aguardenteiros", "Venda" e "Entêrro" (na qual há uma estranha semelhança com gravuras expressionistas, como a me avisar de que, talvez, em Goeldi, a qualidade brasileira fôsse mais longe do que eu disse a princípio). Mas as melhores mesmo, aquelas que se ombreiam com as melhores gravuras de capa de folheto, são "Quebra Panela", "Bumba-meu-boi", "La Ursa", "Caboclo de Lança", "Violeiros", "Casa de Farinha", "Bêsta-Fera", uma outra cujo nome desconheço e que parece com o Minotauro mitológico, "Ciranda", e "Mamolengo" — gravuras às quais, por sugestão minha, Evandro Rabello ajuntou duas outras de José Costa Leite, "São Francisco do Canindé" e "O Lobisomem do Ceará", a fim de que se possa no álbum, ter também uma medida do trabalho normal do gravador.

De modo que aí estão as gravuras. Evandro Rabello e Luiz Oiticica fizeram muito bem em documentá-las e publicá-las. Com elas, reforçam a importância do patrimônio cultural nordestino e propiciam ao Povo brasileiro uma oportunidade de segurança nacional, da verdadeira, daquela que tem sempre presente o fato de que um Povo que corta ligações com suas raízes culturais é um Povo perdido.

Recife, 7 de agôsto de 1969.

Madrigal de Belas Artes Faz Sua Primeira Audição

A Escola de Artes da Universidade Federal de Pernambuco, realizou, a 20 de agôsto último, várias festividades em comemoração a passagem do seu 37º aniversário de fundação. Do programa festivo merece destaque a noite de apresentação do Madrigal, na Igreja de São Pedro dos Clérigos. O Madrigal da Escola de Artes foi fundado êste ano, no Curso de Música desta Escola, como resultado dos trabalhos da classe de Canto Coral.

O Primeiro Concêrto

O primeiro concêrto teve um programa com um repertório, todo êle, em primeira audição, no Recife, ressuscitando páginas brasileiras do passado.

De José Joaquim Emérico Lôbo de Mesquita, compositor mineiro do séc. XVIII, o Madrigal apresentou três números de **Ofício de Domingo de Ramos**, datado de 1782.

Do compositor José de Lima, que foi aluno de Luis Álvares Pinto, músico pernambucano de grande destaque na primeira metade do século XIX, como regente, compositor e organista, foi executado o **Et Incarnatus — Crucifixus** solo, côro e orquestra, tendo como solista Carmela Matoso. É uma página da Missa em Sol Maior, localizada, êste ano, na cidade de Goiana.

De Marcelino Cleto Ribeiro foi apresentado **Qui sedes** solo de Violoncelo, com tenor côro e orquestra, tendo como solistas José Carrion e Nicolas Vale. O autor é uma figura representativa do nosso romantismo musical. Nasceu no Recife em 1842. A página que o Madrigal revelou ao público recifense, faz parte de uma volumosa partitura de sua "Missa do Sagrado Coração de Maria", que teve sua primeira execução na cidade do Cabo, em 30 de janeiro de 1898.

O "Te Deum Laudamus"

O programa foi encerrado com a apresentação do já famoso "Te Deum Laudamus" de Luís Álvares Pinto, com o côro em realização orquestral do prof. Luís Soler, tendo como regente o descobridor de Álvares Pinto, o padre Jayme Diniz.

Luís Álvares Pinto é o maior compositor pernambucano do passado, e uma das mais destacadas figuras do período colonial brasileiro. Nascido em 1719 no Recife, aqui também faleceu em 1789. Foi Mestre-Capela da hoje concatedral de São Pedro dos Clérigos, igreja onde Álvares Pinto tantas vêzes sentou-se ao órgão.

O seu "Te Deum" descoberto pelo pof. Jayme Diniz, em 1967 teve agora, sua primeira audição no Recife.

A primeira mundial do "Te Deum" todo êle restaurado pelo Padre Jayme Diniz, e publicado pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado, foi apresentada em primeira mundial moderna, no IV Festival de Música de Curitiba, no ano passado, tendo ainda, neste mesmo ano, sido executado em duas audições em Salvador, Bahia, durante o Festival Barroco. O "Te Deum" foi também executado em São Paulo, pelo coral das Arcádias.

População Rural do Estado e seus Cantos Funcionais

José Maria Tavares de Andrade e José Generino de Luna estão fazendo um levantamento das reminiscências, algumas em franca decadência, dos cantos de petição e benditos, assim como de cantos fúnebres e de penitentes, no meio da população rural.

A primeira parte desta pesquisa já se encontra em andamento na Imprensa Universitária e constituirá o 1º volume impresso do vasto material recolhido, a ser lançado pròximamente.

A Pesquisa em Prosseguimento

Procuramos ouvir o pesquisador José Maria Tavares de Andrade que é membro da Comissão Pernambucana de Folclore. Disse-nos êle: "A pesquisa levada a efeito, atualmente, ocupa-se dos conjuntos musicais do interior que estão ligados à vida ainda rural e do ambiente e clima religioso e tradicion: São os conjuntos chamados de zabumbas, ternos de pífanos, ternos de cabaçal que serão minuciosamente estudados".

Dois tipos de "Ternos"

O pesquisador esclarecu-nos que existem dois tipos de ternos de pífanos, vulgarmente pronunciados por **pife**, os ternos que ficaram ligados às suas funções tradicionais, como acompanhamento das cerimônias do catolicismo popular e os conjuntos que vão entrando na vida urbana, adaptando-se aos novos meios de comunicação.

"As conclusões ainda não estão bem claras, — esclarecu José Maria — porém podemos dizer que o entrelaçamento na vida das cidades constitui o único caminho para a sobrevivência dos grupos. Êles procuram adaptar-se a novas formas de vida, na civilização industrial. Inicialmente existiram grupos mais numerosos. Nós mesmos assistimos ao desaparecimento de alguns e estamos observando outros em decadência".

O Esquema da Pesquisa

A pesquisa tem como esquema as seguintes etapas: localização das manifestações; visitas e entrevistas do pessoal e gravação das músicas; classificação do material e anotação gráfica das músicas, trabalho êste a cargo de José Generino de Luna, que é músico e flautista.

Foram já anotados dois tipos de "ternos", o de Cerimônias e o de Caboclinos. Após uma introdução ao assunto, o capítulo incluirá designações, glossário, anotará os instrumentos usados, assim como a distinção entre o sagrado e o profano, comentários concernentes às músicas, notas, fichas de informantes e bibliografia.

O Âmbito da Pesquisa

O âmbito da Pesquisa é o Estado de Pernambuco. Os pesquisadores visitaram últimamente: Cabo, Ipojuca, També, Ferreiros, Pedra de Fôgo, João Alfredo, Caruaru, Taquaretinga do Norte, Pesqueira, Água Branca, Petrolândia e, fora do Estado, Joazeiro do Padre Cícero.

De cada informante há fichas com dados básicos como nome, enderêço o que garante as bases da informação.

Instrumentos Usados

Os instrumentos usados variam muito de quantidade e mesmo de tipos, os grupos do sertão, geralmente não têm rabeca e os da mata tocam com flauta em vez de **pife** (pífano ou pífaro) e têm rebeca, pelo menos os da Mata-Norte do Estado.

Patrocínio do Departamento de Extensão Cultural

A pesquisa e a publicação do material recolhido têm o patrocínio do Departamento de Extensão Cultural da Universidade, cujo diretor, teatrólogo Ariano Suassuna, vem acompanhando, pessoalmente, desde o início, todos os passos da pesquisa e vem ouvindo as gravações feitas, o que é um grande estímulo para os jovens pesquisadores.

Utilização Imediata

"Tivemos, desde o início, a preocupação de dar uma utilização ao material recolhido", — declarou José Maria Tavares de Andrade. E prosseguiu: "Assim é que fizemos alguns programas para a Rádio Universitária, em instrumentos modernos, em execução de músicos não populares.

Já utilizamos o material em aulas e palestras.

No teatro também o material foi utilizado: "A Derradeira Ceia", peça de Luís Marinho, chegou a ganhar prêmio, no último Festival de Teatro Universitário, com a sonoplastia baseada em gravações da pesquisa".

Operação Mauá Amplia Programa Às Universidades Nordestinas

Integrada no espírito de renovação universitária e no processo de desenvovimento de todo o País, a Universidade Federal de Pernambuco motivou a ampliação do programa da Operação Mauá, até a nossa Região. Assim é que, centenas de alunos da Escola de Engenharia e Faculdade de Arquitetura tiveram a oportunidade de participar da Operação, empreendendo viagem a vários Estados do Norte e Centro Sul.

A Operação Mauá — OPEMA — foi criada em agôsto de 1968, pelo ministro Mário Andreaza, dos Transportes, com o objetivo de adequar os universitários à técnica e ao desenvolvimento nacionais.

Em janeiro e fevereiro dêste ano realizou sua primeira experiência concreta com a seleção de cêrca de 200 estudantes de Engenharia, que estagiaram em 16 Estados. Êsses acadêmicos, cariocas, fluminenses e paulistas presenciaram não apenas o rítmo de trabalho existente nas grandes obras empreendidas pelo govêrno brasileiro, nos diversos setores da atividade, mas também participaram dessas obras com o seu entusiasmo e trabalho.

Secretarias

Objetivando a ampliação do seu programa a Operação Mauá criou Secretarias Regionais, no primeiro semestre do corrente ano, para que fossem realizadas viagens a todos os recantos do País, dentro da perspectiva de proporcionar oportunidades aos estudantes das diversas Universidades, prioritàriamente das Escolas de Engenharia.

O coordenador da Operação Mauá, em Pernambuco, é o economista Djair Barros, atual diretor da Divisão de Expediente Escolar da UFPe. Mais de 800 estudantes já foram beneficiados com a realização de estágios em obras e indústrias da Bahia, São Paulo, Guanabara, Rio de Janeiro, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais e outros. Os estudantes nordestinos partiram dos seus Estados de origem, tendo se agrupado em Paulo Afonso, de onde seguiram até o Rio. Na Guanabara, visitaram o canteiro de obras da Ponte Rio-Niteroi, além de cumprir uma extensa programação da secretaria de Obras daquele Estado.

Antes de embarcarem de regresso pelo navio Soares Dutra, os estudantes da nossa Região foram homenageados com uma feijoada no clube Caiçaras, oportunidade em que o ministro Mário Andreaza lhes desejou êxito na viagem, tendo feito, inclusive, ampla esplanação a respeito dos objetivos e importância da Operação Mauá. De regresso, os acadêmicos visitaram ainda várias obras da Petrobrás em Mataripe e o Centro Industrial de Aratu.

Cerâmica No Plano Artístico

A cerâmica artística tem, na Escola de Artes da Universidade Federal de Pernambuco, um centro de grande desenvolvimento. Dirige o setor a professôra Marluce Queiroz da Cunha, cujo preparo para o mister inclui um curso de extensão na Itália. Durante dois anos e meio frequentou em Roma um curso para ceramistas, tendo se classificado em primeiro lugar na turma e a única nordestina — de brasileiras havia uma paulista — no meio de concorrentes italianas e estrangeiras.

Turmas numerosas

A reportagem do JORNAL UNIVERSITÁRIO foi encontrar Marluce Queiroz da Cunha no meio de uma numerosa turma de alunas entusiastas por essa arte tão antiga como a história da humanidade. O curso de cerâmica é extra-curricular, mas, nem por isso, deixa de ser um dos mais frequentados da Escola de Artes. As aulas são dadas às terças e quintas-feiras nos dois turnos.

Equipamento moderno

O setor de Cerâmica da EA está modernamente equipado para a boa execução a que se propõe, possui amplo e potente forno elétrico dispndo de pirômetro para bem controlar a temperatura, assim como tornos e colombinas.

Alguns trabalhos conservam a côr natural do barro em peças artìsticamente rústicas, outros são pintados e vidrados, conforme o fim a que se destinem.

Grandes artistas dedicam-se a Cerâmica

Pela cerâmica têm-se apaixonado artistas plásticos em tôdas as épocas. Atualmente poderíamos lembrar apenas dois nomes: Picasso e o nosso Francisco Brennand.

Seminário Sôbre Educação Traz Cientista Francês à Federal

Problemática da formação profissional do docente da Escola secundária, bem como novos métodos didáticos, tendo em vista o que se chama tecnologia da educação e a organização de uma Faculdade de Educação, foram os assuntos desenvolvidos no Seminário sôbre Faculdades de Educação realizado na FAFIRE, pelo professor Roberto Howsam Deão, da Universidade de Houston, Texas.

O Seminário alcançou realmente os seus objetivos, tendo contado com grande número de participantes, entre os quais, professôres, diretores de Escolas e outras autoridades educacionais. Além da parte teórica, as aulas práticas eram ministradas com a utilização de gráficos e slides. Foi patrocinado pelo Conselho Nacional de Reitores, em colaboração com a Universidade Federal de Pernambuco, através da Faculdade de Educação.

PARTICIPANTES

Além das instituições de ensino superior de Pernambuco, participaram do Seminário representações das Universidades Federais do Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas. A SUDENE e a USAID, também se fizeram representar. A promoção teve duração de três dias, com aulas pela manhã e à tarde. Seminários da mesma natureza foram realizados por aquele educador norte-americano em outros Estados da Federação.

A princípio as aulas foram ministradas na Escola de Artes da Federal, tendo, a certa altura, continuado no edifício da Faculdade de Filosofia do Recife. Houve mesa redonda nas quais os participantes vários professôres, sendo a tônica principal o estudo.

CONGRESSO DE ANATOMIA OBTEVE REPERCUSSÃO INTERNACIONAL

O professor Hélio Bezerra Coutinho lendo o seu discurso durante a abertura do VII Congresso Brasileiro de Anatomia

O professor Robert L. Hunter, recebendo o título de "Professor Honoris Causa" da U F Pe., na abertura do Congresso de Anatomia

O cientista Burton L. Baker recebendo das mãos do vice-reitor Jônio Lemos, o título de "Professor Honoris Causa" da U F Pe.

Recife foi a sede do VII Congresso Brasileiro de Anatomia realizado entre 19 a 23 de julho, com a participação de 150 cientistas e especialistas nacionais e estrangeiros. Foi presidido pelo professor Hélio Bezerra Coutinho e secretariado pelo professor João Rodrigues Sampaio. A repercussão do conclave ultrapassou as fronteiras do Brasil, pela importância das teses e dos trabalhos apresentados e discutidos.

No sábado, dia 19, foram realizadas as solenidades de entrega do titulo de "Professor Honoris Causa" da Universidade Federal de Pernambuco. aos cientistas Burton L. Baker, da Universidade de Michigan; Robert L. Hunter, da Universidade da Califórnia; e Odorico Machado de Sousa, da Universidade de São Paulo. Foram realizadas no Anfiteatro de Anatomia da Faculdade de Ciências Médicas de Pernambuco.

SAUDAÇÃO

Em nome da Congregação da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Pernambuco. o professor João Rodrigues Sampaio saudou o cientista Odorico Machado de Sousa; representando a Congregação do Instituto de Biociências o professor Marcionilo Lins saudou os dois cientistas estrangeiros distinguidos com o titulo de "Professor Honoris Causa".

O presidente da conclave, professor Hélio Bezerra Coutinho pronunciou o seguinte discurso:

"Reunem-se nesta oportunidade muitos professôres brasileiros de morfologia para discutirem, não apenas os resultados das suas investigações cientificas realizadas nos últimos doze meses, mas, sobretudo, para debaterem problemas dos mais sérios, que têm entravado o ensino da Anatomia, nas Universidades Brasileiras.

A ampliação cada vez maior do número de matriculados nas nossas universidades, sem que tivesse havido um trabalho prévio de ampliação dos quadros docentes, vem acarretando, em algumas universidades, uma queda sensível na qualidade do ensino, com sensíveis repercussões na perda de motivação por parte dos nossos alunos. O esfôrço generoso de instituições nacionais como a CAPES, ABENO, Conselho Nacional de Pesquisas ou de fundações estrangeiras como, por exemplo, a Kellogg, a Rockefeller e o Britsh Council, no sentido de preparar bons professôres, tem sido em parte anulado pela avalanche de alunos que todos os anos, em progressão crescente, se matricula nas primeiras séries das nossas Faculdades. Segundo o professor Leo Nedelski, um bom curso deve trazer uma compreensão de 90 por cento da matéria ensinada, para 90 por cento dos alunos matriculados. É com tristeza que observamos que cada ano mais nos afastamos dêsses limites mínimos de rendimento.

A descoberta de novos métodos histoquímicos, que possibilitaram o estudo das formas moleculares múltiplas das enzimas, as técnicas de imunofluoescência e a microscopia eletrônica — são novas armas de que dispõem os morfologistas para compreenderem melhor o funcionamento do corpo humano e que, na área especifica da endocrinologia, já vem sendo usadas com sucesso. Todavia, é lamentável dizer que êsses novos métodos não estão convenientemente difundidos em nosso meio.

A nossa nomenclatura anatômica é, pelas traduções que têm sido feitas sem o respeito às normas da linguística, um outro ponto de estrangulamento do ensino da Anatomia no Brasil.

Foi propósito dos organizadores do VII Congresso Brasileiro de Anatomia tomar uma posição de desafio ante êsses problemas que tanto nos perturbam e, fugindo a uma atitude de desânimo ou conformismo, trazer aos senhores professôres as soluções que provàvelmente amenizarão essas dificuldades.

No simpósio sôbre Ensino Programado será sugerido um método de ensino que possibilitará o aprendizado por grandes grupos de alunos; que será mais econômico do que o ensino tradicional; que permitirá assimilação e compreensão maiores do que as obtidas no momento e que abrirá novas perspectivas para pela fundamental arte de ensinar — o professor.

No simpósio sôbre Localização Intracelular de Hormônios, os métodos de trabalho recentemente descobertos demonstrarão como foi possivel um melhor entendimento da correlação estrutura-função nas glândulas endócrinas.

O professor Idel Becker terá a oportunidade de submeter ao plenário da Sociedade Brasileira de Anatomia os resultados preliminares do Inquérito que realizou, visando à uniformização da nomenclatura anatômica brasileira.

Finalizando, desejo agradecer a presença dos nossos ilustres colegas estrangeiros e nacionais que, atendendo ao nosso convite, vieram de numerosas regiões, algumas muito distantes, para nos ajudarem nessa tarefa de melhorar as condições do ensino e de pesquisa, dentro do setor a que nos dedicamos".

O início pròpriamente dito dos trabalhos do Congresso, deu-se com a conferência oficial de abertura, pronunciada pelo professor Flávio Fava de Moraes, da Universidade de São Paulo, tendo abordado tema sôbre "Glândulas Salivares". No domingo, dia 20, foram realizadas quatro sessões cientificas para apresentação de temas livres. Nada menos de 38 trabalhos foram apresentados.

SIMPÓSIO

Na segunda-feira teve início o Simpósio sôbre Ensino Programado. A essa altura os congressistas já contavam com o serviço de fonia doado pelo senador José Hermírio de Moraes. O aparelho permitiu a tradução simultânea para o Português dos trabalhos apresentados em Inglês. Êsse simpósio desenrolou-se até a têrça-feira, sob a presidência do professor Saul Goldenberg. Dêle participaram os cientistas John A. Tirrel; Dale W. Podshadley; Norman O. Harris; Lucien Lisen.

A última etapa dos trabalhos do Congresso, na quarta-feira, dia 23, relacionou-se com o Simpósio sôbre Localização Intracelular de Hormônios, presidido pelo cientista Robert L. Hunter. Teve lugar no Auditório do Banco do Brasil. Contou com a participação dos professôres Burton L. Backer, Paul Nakame, Olavi Eranko, Ângelo Machado. Nesse dia, o professor Dubrul, da Universidade de Illinois, pronunciou uma conferência. Coube ao professor Idel Backer, da Universidade de São Paulo, apresentar no Plenário as primeiras conclusões sôbre o Inquérito Nacional de Nomenclatura Anatômica.

ELEIÇÃO

Finalmente, foi eleito por aclamação para a presidência da Sociedade Brasileira de Anatomia, o professor Paulo Osório, da Faculdade de Medicina do Rio Grande, cidade do Estado do Rio Grande do Sul. Recebeu o cargo das mãos do então presidente, professor Hélio Bezerra Coutinho. A cidade do nôvo presidente da ABA, deverá ser a sede do próximo Congresso de Anatomia, a realizar-se em 1971.

As principais instituições patrocinadoras do VII Congresso Brasileiro de Anatomia foram a Universidade Federal de Pernambuco, Faculdade de Ciências Médicas, Banco Nacional do Norte, Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco, govêrno do Estado, Fundação de Ensino Superior de Pernambuco, USAID e senador José Hermírio de Moraes.

CONCLUSÕES

"Conclusões aprovadas pelo plenário do VII Congresso Brasileiro de Anatomia:

O ensino não é uniforme em todo o país e nem mesmo numa única unidade universitária.

A preparação científica, humanística, e a formação intelectual dos aspirantes a uma educação universitária são insuficientes. No momento há uma desproporção docente-aluno que tende a tornar essa insuficiência cada vez maior.

Urge pois, de maneira peremptória, uma revisão dos níveis educacionais, com o objetivo de que a educação seja um processo racional e integral, de acôrdo com as necessidades do país.

Admitindo que o atual professor é simultâneamente o que **forma** e o que **informa** o aluno, isto é, que lhe dá informações e cria atitudes profissionais, o plenário chegou a conclusão de que o papel do professor será o mesmo no ensino programado e no ensino tradicional, considerando-se o ensino programado apenas como método ou instrumento de trabalho, permitindo ao professor lecionar maior número de alunos e, por poupar seu tempo, ter maiores oportunidades para educar (formar atitudes), pesquisar e orientar os estudantes melhor privilegiados em trabalhos de grupo, seminários, etc.

A utilização de modernos métodos tecnológicos no ensino da Histologia requer a cooperação de várias instituições para que possa ser realizado em prazo razoável. O esfôrço cooperativo para o desenvolvimento do ensino da Histologia, obedecendo os princípios básicos da moderna tecnologia, deverá ser precedido do adestramento dos docentes, a fim de identificá-los com a metodologia adequada.

Faz-se sentir às autoridades competentes que a divulgação do programa de Histologia proposto pelo Prof. Norman O. Harris deve ser precedido do adestramento do pessoal docente que irá aplicá-lo.

Há necessidade da organização do material disponível estabelecendo testes programados de Trabalho e de Avaliação. Depois dos primeiros meses será possível selecionar grupos de alunos que convenientemente atendidos com programas especiais para êles elaborados, possam ser verdadeiros auxiliares dos professôres.

Para obtenção rápida de vantagens econômicas e pedagógicas, é necessário desenvolver o ensino programado através de intercâmbio contínuo das instituições interessadas.

A cooperação internacional é altamente desejável — para não dizer necessária — pois a dispersão dos esforços levaria a um desperdício de potencial humano altamente valorizado, desperdício que nenhum dos países do Continente Americano pode se dar ao luxo de desprezar.

Deve ser intensificado o sistema de comunicação entre os centros de ensino, trocas de informações telefônicas inter-universitárias e, na medida do possível, é aconselhável a utilização de máquinas tradutoras. A cooperação, até o momento, tem sido feita através de periódicos, congressos e contatos pessoais. Êstes meios são considerados insuficientes.

Propõe-se que seja intensificado o intercâmbio de documentação científica através do Centro de Divulgação Bibliográfica que tem sede na Escola Paulista de Medicina e que representa a "Nationl Library" no Continente Sul Americano.

Considera-se a possibilidade futura da utilização dos satélites como meios de comunicação e intercâmbio científico internacionais".

ESTADO VAI FABRICAR DROGAS DO IA

A Universidade Federal de Pernambuco, através do Instituto de Antibióticos, dirigido pelo prof. Oswaldo Gonçalves de Lima, assinou convênio com o govêrno de Pernambuco, mediante o qual o Laboratório de Produtos. Farmacêuticos do Estado irá fabricar drogas descobertas pelo IA.

No próximo número do JORNAL UNIVERSITARIO publicaremos uma reportagem completa sôbre êsse convênio.

Prof. Rilson Em Strasburgo

O professor Rilson Rodrigues, titular da Cadeira de Mineralogia e Petrografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Pernambuco, regressou, recentemente, da França, onde defendeu tese na Faculdade de Ciências da Universidade de Strasburgo. "Determinação da distribuição das temperaturas na superfície de um cristal e seu fundido, em equilíbrio e crescendo ou decrescendo", foi a tese defendida por aquele pesquisador pernambucano, após dois anos de intensos trabalhos de pesquisas no Laboratório de Mineralogia e Petrografia do Instituto de Ciências da Universidade de Strasburgo.

Êsse trabalho foi apresentado como tese de doutoramento em ciências, perante a comissão especial da Faculdade de Ciências. Teve como examinadores os cientistas MM. S. Goldsztanb e H. Sanier. Apresentou, ainda, três importantes trabalhos: "efeito de radiações X, gama, neutrons, eletrons protons, cobre minerais-gemas, pedras semi-preciosas, do Brasil", e "emprêgo da difratometria eletrônica no estudo de minerais", "e estudo de defeitos reticulares com câmara especial de Lang".

A tese mencionada foi defendida no dia 25 de junho de 1968. Recebeu a menção honrosa de "muita honra" (très honrable). Em 1967, o professor Rilson Rodrigues seguira para a França, como bolsista do Conselho Nacional de Pesquisa para realizar trabalhos de pesquisas no Laboratório de Mineralogia e Petrografia do Instituto de Ciências Geológicas da Faculdade de Ciências da Universidade de Strasburgo.

JORNAL UNIVERSITÁRIO

Órgão Informativo da Universidade Federal de Pernambuco

Diretor:
Prof. Ariano Suassuna

Secretário
Prof. César Leal

Editado mensalmente pelo Departamento de Extensão Cultural

Redação: Rua Gervásio Pires, 674, 1.º andar
Telefone: 22486

Preço do exemplar: NCr$ 0,10

CONCURSOS PARA ASSISTENTE E ADJUNTO

O Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa autorizou a abertura de concursos para os cargos de Assistente e Professor Adjunto, estabelecendo as normas como tais provas serão realizadas nas diferentes unidades integrantes da Universidade Federal de Pernambuco. Entre os títulos exigidos, os de Mestre e Doutor, bem como a publicação de trabalhos artísticos, científicos e literários são os de maior importância para os candidatos ao cargo de Professor Adjunto. Os auilxiares de Ensino serão inscritos obrigatòriamente. Caso sejam reprovados no Concurso terão seus contratos rescindidos pela Universidade.

É o seguinte, na íntegra, o texto da Resolução 3/69, de 27 de junho do corrente ano:

O Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 36, item I, do Estatuto da Universidade, resolve autorizar a abertura dos concursos para Professor Assistente e Professor Adjunto os quais serão regidos pelas seguintes normas:

CAPíTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º — Ficam autorizadas as Unidades componentes da Universidade Federal de Pernambuco, tendo em vista o Decreto nº 62.493, de 1º de abril de 1968, e a consequente publicação das tabelas analíticas do pessoal docente, a abrir concursos para preenchimento dos cargos vagos de Professor Assistente e Professor Adjunto, nos têrmos das Leis nº 5.539, de 27 de novembro de 1968 e nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, e do Decreto-lei nº 465, de 11 de fevereiro de 1969.

Parágrafo único — Na escolha das áreas para a abertura dos concursos, os Conselhos Departamentais deverão levar em conta as áreas consideradas fundamentais, carentes de pessoal docente e com maior carga horária, bem como as perspectivas de acesso que devem ser asseguradas.

CAPíTULO II

De Concurso para Professor Assistente

SEÇÃO I

Da Inscrição

Art. 2º — O concurso para provimento do cargo de Professor Assistente será de títulos e provas e destinado a graduados no setor de estudos correspondentes, que hajam concluido curso de especialização ou aperfeiçoamento.

Parágrafo único — Serão obrigatòriamente inscritos no concurso os Auxiliares de Ensino que trabalham na área respectiva e tenham cumprido o estágio probatório, ainda que não hajam concluido curso de especialização ou aperfeiçoamento.

Art. 3º — As inscrições para o concurso de Professor Assistente serão abertas, pelo prazo de cento e oitenta dias, mediante a publicação, pela Unidade, de Edital no Boletim Oficial da Universidade.

Parágrafo único — No Edital, serão mencionadas a área de estudos, a disciplina ou as disciplinas em concurso, bem como o Departamento ao qual pertence o cargo de Professor Assistente.

Art. 4º — Os programas dos concursos terão sentido amplo e geral e depois de elaborados pelo Departamento, serão aprovados pelo Conselho Departamental, devendo fazer parte integrante do Edital.

Art. 5º — No ato de inscrição, o candidato apresentará:

I — diploma de curso no qual figure a disciplina em concurso, ou disciplinas afins;

II — certificado de curso de especialização ou aperfeiçoamento, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 2º.

III — certificado de sanidade física e mental fornecida pelo Serviço Médico da Universidade;

IV — prova de que é brasileiro nato ou naturalizado;

V — atestado de idoneidade moral;

VI — títulos de que disponha;

VII — prova de quitação com o serviço militar, no caso de candidato do sexo masculino.

VIII — vinte exemplares da dissertação, impressa, mimeografada, ou datilografada;

IX — recibo do pagamento da taxa de inscrição;

X — título de eleitor.

Art. 6º — As inscrições serão apreciadas pelo Conselho Departamental e, uma vez aceitas, serão declarados inscritos os candidatos, publicando-se a decisão no Boletim Oficial da Universidade.

Parágrafo único — O concurso deverá realizar-se no prazo máximo de noventa dias, a contar do encerramento das inscrições, na forma do art. 3º desta Resolução.

SEÇÃO II

Da Comissão Examinadora

Art. 7º — A Comissão Examinadora do concurso para provimento do cargo de Professor Assistente será constituida de três especialistas no setor de conhecimentos em causa, atendidas as seguintes condições:

I — dois professôres titulares ou um titular e um adjunto, pertencentes ao Departamento interessado e por êste escolhidos;

II — um especialista estranho aos quadros da Universidade e indicado pelo Departamento ao qual pertence o cargo em concurso.

§ 1º — No caso de não haver titulares no Departamento, será escolhido pelo Conselho Departamental, em ordem de prioridade, professor titular de matéria afim, da mesma Unidade ou de outra da Universidade, ou ainda de outra Universidade no Estado ou na Região.

§ 2º — Cabe ao professor titular mais antigo a presidência da Comissão Examinadora.

Art. 8º — A Comissão Examinadora será constituida antes do encerramento do prazo da inscrição.

SEÇÃO III

Do Julgamento dos Títulos

Art. 9º — Os títulos terão a seguinte classificação:

I — graus acadêmicos;

II — atividades científicas, literárias ou artísticas;

III — atividade didática;

IV — atividade profissional.

Art. 10 — São títulos de graus acadêmicos:

a) diploma de Doutor;

b) diploma de Mestre;

c) certificado de curso de aperfeiçoamento, especialização ou outros de nível equivalente;

d) título de livre docente;

e) quaisquer diplomas de graduação além do referido no item I do art. 5º.

Parágrafo único — Para julgamento dêsses títulos os examinadores atenderão à sua natureza, ao conceito do estabelecimento que os expediu, à duração e características dos cursos e ao grau de aprovação do candidato.

Art. 11 — Considerar-se-ão atividades científicas as publicações em livros ou periódicos idôneos, que apresentem um mínimo de valor científico e atestem a capacidade do candidato.

Parágrafo único — No julgamento dêsses títulos, os examinadores considerarão seu conteúdo e a contribuição que oferecem, assim como o conceito do órgão em que o trabalho foi publicado.

Art. 12 — Por atividades didáticas, entendem-se as de ensino, em nível superior, mesmo em caráter auxiliar, e também as de nível

Continua na página 5

Concursos para Assistente e Adjunto

Continuação da página 4

colegial, na área do concurso, ou a experiência em orientação e pesquisa nas mesmas condições.

Parágrafo único — No julgamento dêsses títulos serão levados em conta o conceito do estabelecimento em que a atividade didática se efetivou, e a sua duração e extensão.

Art. 13 — Por atividades profissionais, entendem-se as efetivamente prestadas na respectiva área sob exame e devidamente comprovadas, não se computando como título dessa natureza a prova, apenas, de inscrição em órgão de classe ou de eleição para direção de emprêsa.

Art. 14 — Os títulos enumerados nos artigos anteriores sòmente serão aceitos quando se relacionarem com a disciplina ou grupo de disciplinas em causa, devendo ser apreciados em seus aspectos qualitativos e quantitativos. com relação ao nível proposto.

Art. 15 — Logo após o encerramento das inscrições, cada examinador disporá de prazo não inferior a 20 (vinte) dias para julgar os títulos e produzirá, a respeito, um parecer escrito criticamente formulado.

Art. 16 — Reunidos no início dos trabalhos do concurso, os examinadores atribuirão nota, de 0 a 10, a cada categoria de títulos enumerados no art. 7º, consignando-as em cédulas apropriadas, juntamente com o respectivo parecer, em sobrecarta fechada e rubricada por êles próprios e pelo candidato.

Art. 17 — No julgamento de títulos, terão maior pêso, em igualdade de condições, os diplomas de Doutor ou Mestre expedidos por curso credenciado.

SEÇAO IV

Das Provas do Concurso

Art. 18 — O concurso constará das seguintes provas:

I — dissertação a ser defendida, perante a Comissão Examinadora, pelo candidato;

II — prova didática, teórica ou prática, a critério do Departamento.

SEÇAO V

Da Dissertação

Art. 19 — No julgamento da dissertação, os examinadores levarão em conta o valor intrinseco do trabalho apresentado, o domínio do tema, o poder de sistematização, a qualidade de exposição, a capacidade de tomar posição pessoal em face de questão ou problema já versados, não se exigindo contribuição original para o campo de conhecimento em causa.

Art. 20 — No início da realização da prova de dissertação, cada examinador entregará ao candidato a sua arguição por escrito na qual fará a crítica do trabalho em exame.

§ 1º — A arguição de que trata êste artigo será elaborada em tópicos cujo número seja compatível com o prazo concedido ao candidato para responder às objeções.

§ 2º — O candidato terá o prazo máximo de quatro horas para responder, por escrito, às críticas formuladas pela Comissão Examinadora.

§ 3º — Com intervalo não superior a 24 (vinte e quatro) horas, depois de a Comissão Examinadora haver tomado conhecimento da defesa escrita apresentada pelo candidato, haverá uma sessão da Congregação para leitura das arguições e respostas.

§ 4º — Finda a leitura, os examinadores farão o julgamento sigiloso da prova, atribuindo-lhe nota de 0 a 10.

§ 5º — As arguições e respostas do candidato, bem como as notas que lhe foram atribuidas, serão colocadas em sobrecarta pró pria.

Art. 21 — Na área das Artes, podem ser feitas pelo Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa as adaptações que se fizerem necessárias.

SEÇAO VI

Da Prova Didática

Art. 22 — A prova didática terá como objetivo apurar não sòmente a capacidade de comunicação do candidato, como também sua competência na matéria do concurso.

Art. 23 — Concluido o julgamento dos títulos, a Comissão Examinadora organizará uma lista de 10 (dez) a 20 (vinte) pontos, para a prova didática, tirados do programa do concurso e dados a conhecer imediatamente ao candidato ou candidatos.

Art. 24 — A prova didática constará de uma aula, com duração de 50 (cinquenta) a 60 (sessenta) minutos sôbre um ponto da lista mencionada no artigo anterior e sorteado 24 (vinte e quatro) horas antes da realização da prova.

Parágrafo único — Imediatamente antes de dar início à sua exposição, o candidato distribuirá aos membros da Comissão Examinadora, uma súmula da aula sob a forma de plano articulado.

Art. 25 — No julgamento da prova didática, os examinadores levarão em conta o plano da aula, sua execução metódica, as qualidades reveladas pelo candidato do ponto de vista da transmissão do saber, bem como o domínio da matéria.

Art. 26 — Concluida a prova, os examinadores lançarão a nota correspondente, para os efeitos de classificação.

SEÇAO VII

Da Prova Didática Prática

Art. 27 — No caso de haver prova didática prática, sua natureza será determinada prèviamente pelo Departamento, de conformidade com o programa do concurso.

Parágrafo único — A prova prática, a critério do Departamento, poderá ser desdobrada em duas ou mais partes, de acôrdo com o programa do concurso.

Art. 28 — A duração da prova prática ou de cada uma de suas partes, em caso de desdobramento, será fixada pela Comissão Examinadora não podendo o total exceder de seis (6) horas.

Art. 29 — Concluida a prova, os examinadores procederão na forma do art. 26.

SEÇAO VIII

Da Classificação dos Candidatos e do Julgamento Final

Art. 30 — A apuração das notas para a habilitação e classificação dos candidatos obedecerá às seguintes normas:

I — A nota final atribuida a cada candidato será o quociente da divisão por 10 (dez) obtido pela soma do produto da nota dos títulos por 4 (quatro) com as somas das notas das provas de dissertação e didática, multiplicadas pelos respectivos pesos.

II — À dissertação e à prova didática será atribuido pêso 3 (três) respectivamente.

III — As notas de um examinador não se somam com as notas de outro.

IV — Serão considerados habilitados os candidatos que alcançarem, da maioria dos examinadores, a nota mínima 7 (sete).

V — Cada examinador fará a classificação parcial dos candidatos, indicando aquêle a quem tiver atribuido a nota final mais alta.

VI — Cada examinador decidirá o empate eventual entre as notas finais por êle atribuídas a mais de um candidato, e o empate entre examinadores será decidido pela Congregação que estiver em causa, em ato contínuo e em tantos escrutínios quantos se fizerem necessários.

VII — Será indicado à Congregação, para o provimento do cargo de Professor Assistente, o candidato que tiver obtido o maior número de indicações para o primeiro lugar.

Art. 31 — Concluida a apuração, a Comissão Examinadora submeterá imediatamente à Congregação seu parecer, justificando a indicação do candidato escolhido para o provimento do cargo de Professor Assistente.

§ 1º — Para a rejeição do parecer da Comissão Examinadora são necessários:

I — dois têrços dos membros da Congregação, constituida na forma do art. 59 do Estatuto da Universidade, quando o candidato fôr indicado por unanimidade dos membros da Comissão Examinadora;

II — maioria absoluta dos membros da Congregação, constituida na forma do item anterior, se a indicação do candidato estiver subscrita pela maioria dos componentes da Comissão Examinadora.

§ 2º — Em caso de rejeição, será aberta nova inscrição para o concurso.

Art. 32 — Do julgamento final caberá recurso, exclusivamente de nulidade e dentro do prazo de dez (10) dias, para o Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa.

CAPíTULO III

Do Concurso de Professor Adjunto

Art. 33 — O cargo de Professor Adjunto será provido mediante concurso de títulos, a que poderão candidatar-se os professôres assistentes e os portadores de diploma de Doutor conferido por curso credenciado.

Art. 34 — Ao concurso referido no artigo anterior serão aplicadas as normas estabelecidas na Seção III desta Resolução.

Art. 35 — As inscrições para o Concurso de Professor Adjunto serão abertas, pelo prazo de noventa dias, mediante publicação de Edital no Boletim Oficial da Universidade.

Parágrafo único — O concurso deverá realizar-se no prazo mínimo de noventa dias. a contar do encerramento da inscrição.

Art. 36 — O Edital de inscrição conterá a indicação da área de estudos, disciplina ou grupo de disciplinas, bem como o Departamento a que pertence o cargo.

Parágrafo único — No ato de inscrição, o candidato deverá apresentar os títulos que possui e os documentos mencionados nos itens III, IV, V, VII, IX e X do art. 5º desta Resolução.

Art. 37 — No exame do currículo profissional terá valor preponderante o teor científico dos trabalhos publicados ou, conforme o caso, a qualidade artística, na área de especialização do concurso.

Parágrafo único — Em igualdade de condições, terá maior pêso o diploma de Doutor ou Mestre em curso credenciado.

Art. 38 — A Comissão Examinadora do Concurso de Professor Adjunto será constituida de cinco especialistas na área de conhecimento em causa, na seguinte forma:

I — três especialistas estranhos à Unidade, dos quais um pelo menos à Universidade, escolhidos pelo Conselho Departamental, de uma lista de cinco nomes, oferecida pelo Departamento interessado.

II — dois professôres titulares da Unidade, de matérias afins, sugeridos pelo Departamento à aprovação do Conselho Departamental.

§ 1º — Os especialistas referidos no item I dêste artigo, quando pertencentes a estabelecimento de ensino superior, deverão ser titulares ou adjúntos.

§ 2º — No caso de não haver titulares na Unidade será escolhido pelo Conselho Departamental, em ordem de prioridade, professor titular da matéria em concurso ou de matéria afim, de outra Unidade da Universidade, ou ainda de outra Universidade no Estado ou na Região.

Art. 39 — No julgamento final dos candidatos de concurso de Professor Adjunto aplicam-se as normas constantes dos artis. 28, 30 e 31 da presente Resolução, excluídos os itens I e II do art. 30.

Disposições Gerais e Transitórias

Art. 40 — Serão rescindidos os contratos dos Auxiliares de Ensino reprovados, ou que não compareceram ao Concurso, e será dado caráter prioritário ou renovação de contrato, como Auxiliar de Ensino aos que forem aprovados e não nomeados por ausência de vagas.

Art. 41 — Para efeito de inscrição no concurso para Professor Assistente, os que exercem atualmente as funções de Iniciação Cientifica ficam assimiladas à condição de Auxiliares de Ensino.

Art. 42 — Nos graus acadêmicos referidos no art. 10 desta Resolução, serão considerados como títulos os diplomas de Doutor e Mestre expedidos por cursos não credenciados.

Art. 43 — As inscrições feitas na forma da Resolução nº 10/68 do Conselho Universitário adaptar-se-ão às presentes normas.

Art. 44 — Enquanto não se resolver a situação existente da Escola de Geologia e do Instituto de Geociências, não se realizarão nessas Unidades os concursos previstos nesta Resolução.

Art. 45 — A Universidade, através da TV Universitária e da Imprensa, fará divulgação sôbre os Editais de Concurso, publicados no Boletim Oficial da Universidade.

Art. 46 — Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa.

Art. 47 — A presente Resolução entrará em vigor no ato de sua publicação.

Art. 48 — Revogam-se as disposições em contrário.

VESTIBULAR DE

1970 JÁ TEM

REGULAMENTO

O Conselho Coordenador do Ensino e da Pesquisa, de acôrdo com a Resolução nº 5/69, baixou instruções regulamentando o Concurso de Habilitação para 1970.

Conforme os termos dessa Resolução, todo o trabalho relativo à seleção dos candidatos à matrícula, em qualquer curso mantido pela Universidade, será feito por uma Comissão Executiva nomeada pelo Reitor. Os auxiliares, assessôres, técnicos e o secretário do Concurso serão indicados ao Reitor pela Comissão Executiva, cabendo ao Pró-Reitor dos Assuntos Acadêmicos convocar o Concurso por edital, a ser publicado até o dia 10 de novembro dêste ano.

As provas serão realizadas em janeiro, e não poderá prosseguir no exame o candidato que alcançar nota inferior a (4) quatro na prova de Português comum a todos os Grupos, ou inferior a (2) dois em qualquer outro Grupo. Eis na íntegra, o texto do Regulamento:

Art. 1º — O Concurso Vestibular será realizado sob a administração e responsabilidade de uma Comissão Executiva.

§ 1º — A Comissão Executiva será composta de professôres representando quanto possível as diversas áreas do ensino básico e Faculdade de Educação, e presidida por um Coordenador Geral, todos designados pelo Reitor.

§ 2º — A Comissão Executiva proporá ao Reitor a designação de seu Secretário, auxiliares, bem como assessôres técnicos que se fizerem necessários.

Art. 2º — O Concurso Vestibular será realizado em três grupos os quais, com os cursos a que se destinam, as provas exigidas para cada curso e os respectivos pesos, estão discriminados no anexo que integra esta Resolução.

§ 1º — Cada grupo terá um Coordenador, designado pelo Reitor por indicação da Comissão Executiva.

§ 2º — Os serviços de Secretaria dos grupos serão executados por funcionários designados pelos respectivos Coordenadores.

Art. 3º — O Concurso Vestibular será convocado por edital, assinado pelo Pró-Reitor para Assuntos Acadêmicos e publicado até o dia 10 de novembro, no qual constarão expressamente o número de vagas fixado para cada curso, o prazo e locais para inscrição e demais disposições regulamentares de imediato interêsse para os candidatos.

Art. 4º — A inscrição para o Concurso Vestibular, será feita no grupo escolhido pelo candidato, o qual declarará no ato os cursos de sua primeira e segunda opções, dentro do mesmo grupo.

Parágrafo único — O requerimento de inscrição, em formulário especial fornecido ao candidato, será endereçado ao Coornador Geral e instruido com carteira de identidade e guia de recolhimento da taxa de inscrição.

Art. 5º — As provas do Concurso Vestibular deverão realizar-se no decurso do mês de janeiro e se necessário também em fevereiro, em horário e locais determinados pela Comissão Executiva.

§ 1º — As provas serão elaboradas por Comissões Examinadoras indicadas pela Comissão Executiva e designadas pelo Pró-Reitor para Assuntos Acadêmicos.

§ 2º — Para cada disciplina comum a dois ou mais grupos e que obedeça aos mesmos programas, as provas serão idênticas e aplicadas na mesma hora.

§ 3º — Em nenhuma hipótese será concedida chamada especial a candidato que, por qualquer motivo, deixar de comparecer a qualquer prova.

Art. 6º — A preparação, realização e avaliação das provas obedecerão às seguintes normas :

I — Excetuando as provas de Português I, Filosofia, Desenho II e as matérias específicas dos cursos de Artes, as demais provas constarão de 50 questões de múltipla escolha, podendo, no caso da prova objetiva de Português, ser êste número reduzido a critério da Comissão Examinadora e da Comissão Executiva.

II — A prova de língua estrangeira terá por objetivo verificar aptidão do candidato no uso instrumental da língua, com o auxílio de dicionário, sendo-lhe oferecida a opção entre inglês ou francês, manifestada no ato de inscrição, salvo em relação ao curso de Biblioteconomia, em que a língua estrangeira será obrigatóriamente o inglês.

III — As provas serão elaboradas e confeccionadas sigilosamente, sob a responsabilidade da Comissão Executiva com a colaboração dos Coordenadores.

IV — A aplicação e fiscalização das provas, sob a responsabilidade dos Coordenadores, será feita por pessoal docente da Universidade ou do Ensino Médio oficial, credenciado pela Comissão Executiva.

V — É rigorosamente vedado qualquer tipo de comunicação entre candidatos durante a realização das provas, bem o uso ou porte de material de inform elas pertinentes, competindo aos fis plicar aos infratores a imediata su da prova ou propor sua anulação, será determinada pelo Coordenador representante da Comissão Executiv

VI — As provas objetivas serão das pelo Centro de Processamento dos da U.F.Pe. e as demais julgad respectivas Comissões Examinadoras cal de sua realização ou na unidad de cada grupo, sendo o resultado d prova expresso em notas de 0 (zero (dez).

VII — Para os grupos II e III de Português terá caráter eliminatór não classificatório e seu resultado s presso pelos conceitos de eliminado provado.

VIII — A nota de Português a média aritmética da nota de Portu e da nota da prova objetiva de Port eliminados os candidatos que em q destas provas individuais não obtive notas mínimas previstas no artigo

IX — Em nenhuma fase do C Vestibular será admitida revisões vas.

Art. 7º — Será eliminado do so Vestibular o candidato que:

I — Obtiver nota inferior a qu na prova de Português comum a t grupos ou inferior a 2 (dois) em q outra prova;

II — deixar de realizar qualqu va para a qual esteja inscrito;

III — tiver prova anulada por de fraude ou tentativa de fraude.

Parágrafo único — A eliminaç cessar-se-á à medida em que forem divulgados os resultados de cada podendo contudo o candiato elimin apenas uma de suas opções conti concorrer na outra.

Art. 8º — Concluidas as provas missão Executiva promoverá o levan to dos resultados finais de cada gru processamento da classificação dos ca tos para preenchimento das vagas d curso, atendidos os seguintes critér

I — A classificação obedecerá à decrescente das médias obtidas, não passando o estrito limite das vaga das.

II — A classificação será feita faixas sucessivas de médias, a prim 10 (dez) a 5 (cinco), sendo dada faixa prioridade aos candidatos qu lheram o curso em primeira opção.

III — Atendidos todos os can que optaram pelo curso, caso ainda ram vagas, a Comissão Executiva rá aos candidatos do mesmo grupo nham realizado tôdas as provas para o curso a oportunidade de ser aproveitados.

IV — Nos casos de empate que rifique no último lugar corresponde número máximo de vagas fixadas, classificados todos os candidatos dos.

V — Em nenhuma hipótese pode aproveitados candidatos eliminados mos do art. 7º.

Parágrafo único — A divulgaç resultados parciais e finais será feit diante a afixação dos respectivos fornecidos pelo Centro de Process de Dados, na Unidade sede de cada

Art. 9º — As relações dos can classificados para cada curso, autenti pelo Coordenador Geral, serão enca das no setor de matrículas da Reito fim de que sejam imediatamente efe as matrículas, dentro dos prazos es cidos pela Câmara de Admissão e Básico.

§ 1º — Os candidatos classificados rão o prazo de 10 (dez) dias para uas matrículas, contados a partir da de afixação da relação de classifica- na unidade-sede do grupo, independente de convocação por Edital.

§ 2º — Os requerimentos de matrícu- erão instruidos com a seguinte docu- ação:

— certificado de conclusão do ciclo al ou equivalente, acompanhado do tivo histórico escolar completo;

— carteira de identidade;

I — certidão de nascimento;

— prova de quitação com o serviço e de exercício eleitoral, para o de 18 (dezoito) anos;

— atestado de idoneidade moral;

— atestado de sanidade física e e de vacinação anti-variólica;

II — duas fotografias 3 x 4.

3º — Poderá o Pró-Reitor para As- Acadêmicos, quando a seu critério r motivo justo, autorizar a dilatação azo para apresentação da documenta- xigida, no máximo até 5 (cinco) dias do início das aulas.

4º — Esgotados os prazos previstos, rá o direito à matrícula, consideran- nulos os exames prestados, o can- e não a houver requerido ou não esentado a documentação regimen- mpleta.

rt. 10 — A ocorrência de vagas não chidas, seja em consequência do dis- no § 2º do artigo anterior, seja pela ação do número originalmente fixa- rá imediatamente comunicada à Co- Executiva, a qual encaminhará no- lação de classificados para o seu pre- nento.

1º — Ao remeter cada nova relação assificados, a Comissão Executiva de- ará novos prazos para a sua apresen- os quais não poderão ser inferiores (3) dias úteis nem superiores a 10 dias, assegurada a divulgação dos os.

2º — Em nenhum caso poderão ser ulados candidatos não constantes das es oficiais de classificados encaminha- êste efeito, ao setor de matricu- omissão Executiva.

3º — A ampliação do número de va- erida neste artigo, será proposta Conselhos Departamentais e depende- aprovação do Conselho Coordenador sino e Pesquisa.

rt. 11 — A taxa de inscrição no Con- Vestibular será de NCr$ 50,00 (cin- cruzeiros novos).

1º — As taxas arrecadadas destinar- ao custeio do Concurso Vestibular, sua aplicação distribuida entre as se- s despesas:

— gratificação dos Coordenadores, os das Comissões Examinadoras e ;

— gratificação dos membros da Co- Executiva, de seus assessores téc- e do Secretário;

I — gratificação do pessoal adminis- o;

V — aquisição de material;

— despesas diversas;

2º — A Comissão Executiva elabora- administrará o plano de aplicação das arrecadadas.

rt. 12 — Os casos omissos serão resol pela Câmara de Admissão e Ensino o.

rt. 13 — A presente Resolução entra- n vigor na data de sua publicação, re- das as disposições em contrário.

as matrículas, contados a partir da
le afixação da relação de classifica-
unidade-sede do grupo, independen-
e de convocação por Edital.

2º — Os requerimentos de matrícu-
rão instruídos com a seguinte docu-
ção:

— certificado de conclusão do ciclo
l ou equivalente, acompanhado do
tivo histórico escolar completo;

— carteira de identidade;

— certidão de nascimento;

— prova de quitação com o serviço
e de exercício eleitoral, para o
de 18 (dezoito) anos;

— atestado de idoneidade moral;

— atestado de sanidade física e
e de vacinação anti-variólica;

I — duas fotografias 3 x 4.

3º — Poderá o Pró-Reitor para As-
Acadêmicos, quando a seu critério
motivo justo, autorizar a dilatação
zo para apresentação da documenta-
igida, no máximo até 5 (cinco) dias
do início das aulas.

4º — Esgotados os prazos previstos,
á o direito à matrícula, consideran-
nulos os exames prestados, o can-
e não a houver requerido ou não
sentado a documentação regimen-
mpleta.

t. 10 — A ocorrência de vagas não
hidas, seja em consequência do dis-
no § 2º do artigo anterior, seja pela
ção do número originalmente fixa-
rá imediatamente comunicada à Co-
Executiva, a qual encaminhará no-
ação de classificados para o seu pre-
nento.

1º — Ao remeter cada nova relação
ssificados, a Comissão Executiva de-
ará novos prazos para a sua apresen-
os quais não poderão ser inferiores
(3) dias úteis nem superiores a 10
dias, assegurada a divulgação dos
os.

2º — Em nenhum caso poderão ser
ulados candidatos não constantes das
es oficiais de classificados encaminha-
êste efeito, ao setor de matrícu-
omissão Executiva.

3º — A ampliação do número de va-
ferida neste artigo, será proposta
Conselhos Departamentais e depende
aprovação do Conselho Coordenador
sino e Pesquisa.

rt. 11 — A taxa de inscrição no Con-
Vestibular será de NCr$ 50,00 (cin-
a cruzeiros novos).

1º — As taxas arrecadadas destinar-
ao custeio do Concurso Vestibular,
sua aplicação distribuída entre as se-
es despesas:

— gratificação dos Coordenadores,
ros das Comissões Examinadoras e
;

— gratificação dos membros da Co-
o Executiva, de seus assessores téc-
e do Secretário;

I — gratificação do pessoal adminis-
o;

V — aquisição de material;

— despesas diversas;

2º — A Comissão Executiva elabora-
administrará o plano de aplicação das
arrecadadas.

rt. 12 — Os casos omissos serão resol
pela Câmara de Admissão e Ensino
o.

rt. 13 — A presente Resolução entra-
n vigor na data de sua publicação, re-
das as disposições em contrário.

Grupo I — Opções por Curso

DISCIPLINA	Direito	Letras	Ciências Sociais	Filosofia	Pedagogia	História	Geografia	Biblioteconomia	Instrumento ou Canto	Composição e Regência	Ciências Econôm.	Administração
Português I	—	—	3	3	3	3	2,5	3,5	1	1	2	3
Português II	3	4	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Língua	2	3	3	3	3	3	2,5	3	1	1	2	2
História	2	3	4	4	4	4	2	3,5	1	1	2	3
Geografia	—	—	—	—	—	—	3	—	—	—	2	—
Matemática	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2	2
Filosofia	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Instrumento ou Canto	—	—	—	—	—	—	—	—	4	3	—	—
Teoria e Solfejo	—	—	—	—	—	—	—	—	3	4	—	—

Grupo II — Opções por Curso

DISCIPLINA	Engenharia	Arquitetura	Desenho	Química	Geologia	Física	L. Química	Matemática	Estatística	Pintura Escultura
Português I	Prova eliminatória sem pêso para a classificação									
Língua	1	1	1	1	1,5	1,5	1,5	3	3	1
Matemática	3	1,5	—	2	2,5	2,5	2	7	7	—
Física	3	—	—	2,5	3	4	2,5	—	—	—
Química	1	—	—	3,5	3	2	4	—	—	—
Desenho I	2	3	3,5	1	—	—	—	—	—	—
Desenho II	—	3	3,5	—	—	—	—	—	—	4
História	—	1,5	2	—	—	—	—	—	—	2
Pintura ou Escultura	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3

Grupo III — Opções por Curso

DISCIPLINA	Medicina	C. Biológicas	Odontologia	Reabilitação	Farmácia	Enfermagem	Nutrição
Português I	Prova eliminatória sem pêso para a classificação						
Língua	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5	1,5
Física	2	2	2	3,5	2	2	1,5
Química	3	3	3	2	3,5	3	3
Biologia	3,5	3,5	3,5	3	3	3,5	4

NÔVO CURRÍCULO MÍNIMO DE MEDICINA

O Conselho Federal de Educação já aprovou o nôvo currículo mínimo das Faculdades de Medicina das Universidades brasileiras. Entrará em vigor a partir do próximo ano letivo. Traz, como principal novidade, Biologia como disciplina obrigatória, incluindo noções fundamentais de Citologia, Genética, Embriologia e Evolução.

Isto foi o que anunciou o professor Newton Sucupira, pró-reitor para assuntos Acadêmicos da UFPe., ao regressar da Guanabara, onde participou da reunião do Conselho Federal de Educação, do qual é presidente da Câmara de Ensino Superior. "O que não quer dizer que, com a aprovação do nôvo currículo mínimo as Faculdades de Medicina não possam ministrar além das disciplinas básicas, outras matérias, dependendo tão sòmente das suas possibilidades e também necessidades regionais".

Explicou o conselheiro Newton Sucupira que, o currículo mínimo representa o menor índice de estudo absolutamente indispensável, sem o qual ficaria a Faculdade comprometida sèriamente no que concerne à formação profissional dos seus alunos. Êsse sistema permite que as próprias Faculdades possam acrescentar novas disciplinas de acôrdo com suas possibilidades e necessidades regionais.

Existe ainda o currículo pleno que é formado pelo mínimo e mais as disciplinas introduzidas pela direção da Faculdade.

Para a aprovação, os currículos passam por três níveis de discussão: o Grupo encarregado da sua elaboração, a Comissão Central, sob a presidência do professor Newton Sucupira, e o Plenário do Conselho, que dá a palavra final.

O nôvo currículo mínimo de Medicina foi relatado pelo conselheiro Roberto Santos, do CFE, e consiste nos seguintes têrmos:

Currículo Mínimo dos Cursos de Graduação em Medicina

I — INTRODUÇAO

O exercício da profissão médica no Brasil de ontem e de hoje.

As profundas alterações ocorridas no exercício da profissão médica no Brasil, nos últimos tempos, refletindo a evolução, em ritmo acelerado, de nossa organizacão social e da nossa economia, tornaram indicada substancial revisão dos currículos tradicionalmente adotados nas Faculdades de Medicina do País.

A maior parcela da assistência médica às comunidades brasileiras, até passado próximo, era prestada em consultórios onde o profissional se estabelecia isoladamente, por sua própria conta, para atender a pacientes que remuneravam diretamente os serviços recebidos. Quando não estivessem em condições de deambular, os doentes dessa categoria social eram atendidos em suas residências ou em Casas de Saúde, quase sempre pobremente equipadas, dispondo de precário serviço de enfermagem, destinadas, sobretudo, a intervenções cirúrgicas de menor vulto. Complementando êsse sistema, instalado e mantido em cada comunidade pelas faixas da população financeiramente mais favorecida, existiam hospitais de caridade com leitos de baixíssimo índice de aproveitamento, em número muitissimo inferior ao necessário, com frequência utilizados para o ensino, e onde os médicos não eram remunerados ou recebiam apenas salários simbólicos.

A complexidade crescente dos recursos materiais necessários à boa prática da Medicina, e o encarecimento correspondente dos serviços, assim como as pressões sociais no sentido de expandir-se a assistência médica a parcela maior da população, transformaram aquele sistema tão simples e quase sem estrutura em organização complexa e altamente dispendiosa, cujo funcionamento não pode ser ignorado pelo estudante de Medicina.. Instituiu-se o sistema de previdência social que atualmente representa a maior parte do mercado de trabalho para os médicos do País, e que abrange, entre seus beneficiários, a maioria da população que tem acesso a serviços de assistência médica. Os serviços hospitalares têm melhorado consideràvelmente, em grande parte como decorrência das dimensões que atingiu o sistema da previdência social. Conforme tem sido objeto de ampla publicidade, há ainda vastas regiões do interior sem condição econômica para fixar um médico sequer. Nas cidades, onde há recursos para atrair e manter diplomados em Medicina, observa-se quase sempre entre êles um certo grau de especialização. Quer nos grandes centros urbanos, quer nas regiões do interior, constituem exceções os médicos que não dependem de emprêgo para a sua subsistência.

Na verdade, importa à elaboração dos currículos não apenas a situação presente do desempenho profissional, como também o que se pode prever para as próximas décadas. Destacamos porisso mesmo, alguns fatôres cuja influência sôbre a evolução do exercício da medicina tende a ecentuar-se no futuro próximo. Cumpre não esquecer que o currículo mínimo aprovado por êste Conselho influenciará a formação de profissionais que estarão ainda em atividade no ano 2010.

II — A SAÚDE DO INDIVÍDUO E A SAÚDE DAS COLETIVIDADES NA FORMAÇAO DO MÉDICO

O currículo tradicionalmente adotado pelas nossas faculdades dava grande ênfase às disciplinas da Medicina Clínica, à assistência ao **indivíduo enfêrmo**, objetivando a **restauração da saúde**, com exclusão quase total de apreciação das medidas para a **preservação** e a **promoção** da saúde, quer do **indivíduo**, quer das **comunidades**. Refletia êsse currículo a predominância nítida de cunho liberal de que se revestia o exercício da profissão em passado remoto.

A Saúde Pública, malgrado alguns empreendimentos de irrefutável mérito, não alcançou, na mesma tradição, desenvolvimento paralelo ao da Medicina Clínica, nem jamais logrou a atenção merecida no âmbito das Faculdades de Medicina, onde era habitualmente considerada objeto de especialização em cursos destinados a uns poucos dentre os portadores de diploma de médico e poristo mesmo, apresentado de modo a tornar-se de reduzido interêsse para a generalidade dos estudantes.

A êsse respeito, a orientação do ensino médico tem se modificado, radicalmente, nos últimos tempos, sobretudo nos países em desenvolvimento. Busca-se, modernamente, despertar em nossos estudantes, ao longo do curso, acentuado interêsse pelo melhor entendimento das **condições sociais** que se refletem, de múltiplas formas, sôbre a **Saúde das comunidades e dos indivíduos**. Para prestar boa assistência ao indivíduo enfêrmo deverá o médico estar informado, não apenas dos aspectos qualitativos e quantitativos dos problemas de Saúde da população a que está servindo, como do complexo sistema de assistência médica em que deverá integrar-se e no qual, frequentemente, desempenhará papel de liderança. Esta orientação, impressa desde o ambiente escolar, induzirá no estudante a atitude que se espera de todo e qualquer médico perante as questões pertinentes à preservação e à promoção da saúde, entendida esta como "como completo bem-estar físico, mental e social".

III — A ESPECIALIZAÇAO NOS CURRÍCULOS DE GRADUAÇAO

Ao mesmo tempo em que se foi organizando melhor a assistência médica, tornaram-se imensamente mais complexas as bases científicas em que se firma o exercício da Medicina. A conjugação dêsses dois fatôres condicionou a necessidade de maior especialização entre os que exercem a profissão, o que não se poderá deixar de considerar na elaboração dos currículos médicos. Durante o curso de graduação deverá o futuro médico adquirir visão global da Biologia do homem normal e estudar os processos patológicos que incidem sôbre os diferentes setôres do organismo humano, antes de orientar-se para determinada especialidade.

Permanece na ordem do dia, no Brasil e no mundo, o debate sôbre quando será mais oportuno o início da especialização do futuro médico, se sòmente na pós-graduação ou se ainda durante o curso de graduação. E, neste último caso, em qual das suas fases. Cabe a êsse respeito breve comentário sôbre a evolução da prática do ensino médico entre nós. Até a metade da década de 1950, a um currículo demasiado denso correspondiam horários que se fôssem cumpridos, ocupariam tôdas as horas úteis do dia, todos os dias do ano ao longo de todo o curso, com aulas teóricas e com práticas de demonstração, nas quais o estudante era mero expectador, não participando ativamente dos exercícios práticos nem das aulas de doutrina. Nenhum médico dos que se formaram no Brasil até àquela época, cumpriu senão parcela reduzidíssima dos horários oficialmente estabelecidos pelas Escolas Era praxe vincular-se cada estudante, desde o segundo ou terceiro ano, a determinado serviço clinico, onde, no horário oficialmente destinado ao aprendizado teórico das várias disciplinas, procurava apreender ou exercitar-se nas tarefas necessárias à prática da profissão, com desconhecimento quase completo do programa escolar.

Naquela época era negra a especialização precoce. O estudante se tornava cirurgião, psiquiatra, otorrinolaringologista, sem nunca chegar a adquirir, nem mesmo superficialmente. a visão global dos fenômenos mórbidos que podem incidir sôbre o homem.

Reagindo a êsse estado de coisas, que havia criado vigorosíssimas raízes ao longo de muitas décadas, dispuseram-se as escolas de medicina, na segunda metade dos anos 50, a oferecer condições que permitissem exigir-se dos respectivos estudantes o rodízio pelas clinicas de diferentes especialidades, tornando-se destarte mais prático o ensino oficial. Alterou-se profundamente a seriação das discipli-

Continua na página 9

Nôvo Currículo Mínimo de Medicina

continuação da página 8

nas, adotou-se o chamado "horário em bloco", o qual pela primeira vez permitiu que os estudantes, no cumprimento de horários oficiais, permanecessem nos ambulatórios e enfermarias tempo suficiente, sem interrupções, para cuidar dos doentes. Para fugir à especialização precoce que era a regra, pretendeu-se, contudo, ocupar todo o curso de graduação com programas destinados à formação do "médico geral". Ao procurar-se evitar exagêro em um sentido, descreveu-se verdadeiro movimento pendular, cometendo-se exagêro do mesmo grau em sentido oposto. A fôrça da própria realidade, contrariando os horários oficiais, mais uma vez frustrou a intenção dos educadores. Continuou a grande maioria dos estudantes, a iniciar-se numa especialidade, ainda durante o curso de graduação, embora mais tàrdiamente do que no passado.

A vivência do problema no contexto brasileiro leva-nos a acreditar que ao fim de 4.500 horas poderá a generalidade dos nossos estudantes do curso de graduação haver adquirido o curso global dos problemas médicos, mediante rodizio nos ambulatórios e enfermarias das diferentes especialidades. Nesses estágios o estudante aprenderá as boas técnicas da especialidade e também participará da rotina dos vários serviços. Com responsabilidade limitada, porém crescente. Integrando ainda o curso de graduação e em seguida às 4.500 horas mencionadas, deverá, o estudante cumprir o período de internato, o qual será total ou parcialmente um regime de livre escolha, isto é, oferecendo-se ao aluno a faculdade de adextrar-se nas tarefas específicas abrangidas pelo gênero de atividades que irá exercer logo após a formatura e ao longo da vida profissional. Muitos graduados aos quais se faculta a escolha durante os dois últimos semestres do curso de formação, preferirá, frequentar serviços onde se iniciou em uma especialidade. Alguns outros graduados preferirão ainda no último ano escolar, o rodízio por diferentes serviços de especialidades não correlatas, assim como a preferência às "clínicas de família", de que sòmente poucas escolas brasileiras dispõem, embora constituam o ambiente ideal para a formação do generalista. Cabe, pois, considerar-se a formação de "médico de famílias", com uma especialização atendendo a princípios idênticos aos do aprofundamento em especialidades como oftalmologia ou a obstetrícia. Mostra a experiência que, quando o programa oficial não permite ao estudante preparar-se melhor para a atividade profissional, afasta-se o futuro médico dos horários escolares e busca o aprendizado prático ao seu próprio arbítrio, fugindo à orientação e à supervisão da Escola.

IV — O HOSPITAL-ESCOLA E O CURRÍCULO DOS CURSOS DE MEDICINA

A organização dos currículos médicos estêve sempre intimamente vinculada à distribuição dos leitos nos hospitais-escola. No nosso tradicional sistema de cátedras, dependiam do arbítrio do catedrático tanto a orientação do ensino quanto a direção dos trabalhos de assistência médica na respectiva clinica.

A adoção das modernas técnicas de Administração Hospitalar tem encontrado, em nossos Hospitais-Escola, barreiras intransponíveis resultantes da autonomia a que se habituaram os catedráticos que chefiavam os serviços clínicos. Com o tempo, a atualização dos curriculos médicos passou a ser dificultado pelos antigos hábitos de trabalho hospitalar, melhor diria, pela tradicional distribuição de poder dentro dos hospitais de ensino. A revogação das leis, que, entre nós, apoiavam o sistema de cátedra, propiciou explêndida oportunidade para a implantação das boas normas da administração em nossos hospitais-escola, e, consequentemente, removeu um dos importantes obstáculos à revisão dos corrículos médicos.

Embora deferisse sempre de um País para outro, e não se baseasse em critérios absolutos, o agrupamento das diferentes especialidades no sistema de cátedras da nossa tradição é por vêzes ainda hoje considerado mutável, devido à geral aceitação que teve durante décadas no Brasil. A revisão dêsses critérios é da competência de cada Escola e escapa à alçada dêste Conselho.

Cabe, entretanto, recordar, a título de exemplo que em vários países, a Dermatologia e a Neurologia fazem parte do que se leciona sob a designação geral de Clinica Médica ou Medicina Interna, ao passo que, entre nós, constituiam cátedras à parte. O mesmo ocorre com as especialidades cirúrgicas. Entre nós a Urologia e a Ortopedia formavam cátedras separadas das de Clínicas Cirúrgicas. Não obstante, a Cirurgia Toráxica e a Neurocirurgia, antigamente integradas nas cátedras de Clinica Cirúrgica, passaram a exigir recursos humanos e materiais tão ou mais especializados quanto os da Urologia e da Ortopedia.

Últimamente adquiriu considerável grau de autonomia e passou a exigir formação peculiar a prática de especialidades como a Cardiologia e a Gastro-enterologia, que entre nós eram lecionadas nas cátedras de Clínica Médica e que empregam métodos de diagnóstico e tratamento tão ou mais específicos quanto aos da Dermatologia, e até muito mais complexos, nada devendo obstar a que o seu ensino se realiza como disciplina à parte, desde quando atendidos os princípios de integração curricular da moderna pedagogia.

São da maior importância as implicações de fatos como êstes na elaboração dos currículos. No passado, a Cardiologia ou a Gastro-enterologia não tinham autonomia como disciplinas do curso de formação porque os doentes dessas especialidades são habitualmente atendidos em ambulatórios ou enfermarias de Clinica Médica. Devido à fôrça da tradição das Cátedras e a despeito do grande desenvolvimento dessas especialidades, continua o atendimento dos portadores de afecções do aparelho circulatório e do aparelho digestivo se fazendo em quatro ou cinco serviços da mesma Faculdade, cada qual sob a orientação do respectivo professor, o que reduz a eficácia do ensino, dificulta, encarece e faz baixar os rendimentos dos trabalhos hospitalares e retarda a avaliação de resultados da aplicação de métodos de diagnóstico e de tratamento, avaliação que é de todo essencial ao aprimoramento das bases empíricas sôbre as quais repousa o exercício da medicina.

Devem os exemplos citados, ilustrando situações que se estendem a outras especialidades, servir para que os responsáveis pela elaboração dos currículos plenos não hesitem em subordinar a distribuição da matéria didática ao melhor aproveitamento dos recursos hospitalares, organizados segundo as normas da moderna Administração, mesmo que para isto tenham de contrariar a tradição firmada nas extintas prerrogativas do catedrático.

De outra parte, no agrupamento das disciplinas pelas quais foi distribuida a matéria a ser aprendida pelos estudantes, devem as Escolas sentir-se com ampla liberdade quanto à organização dos departamentos, de acôrdo com as conveniências locais, atendidas também as peculiaridades do dispositivo hospitalar onde será ministrado o ensino, de modo a obter-se o mais alto rendimento dos recursos humanos e materiais de acôrdo com os modernos princípios de administração hospitalar. Cumpre, ainda, recordar, que no agrupamento das disciplinas em departamentos, terão as Escolas de observar o princípio da não duplicação dos meios para fins idênticos, o qual constitui um dos planos da legislação que regula a estruturação das universidades oficiais brasileiras.

Em resumo, verificou-se na prática, que a atualização dos currículos médicos é dificultada pelos obsoletos critérios de distribuição dos leitos hospitalares, os quais refletem o regime de cátedras anteriormente apoiado em legislação que está hoje revogada. No momento já não podem prevalecer os empecílios à maior racionalização do uso dos recursos hospitalares de que nos valemos para o ensino, entre nós dramàticamente escassos, impecilhos êsses que resultavam de subordinação à uma estrutura escolar revogada.

V — A INTEGRAÇÃO CURRICULAR

Na nossa tradição a responsabilidade pela elaboração dos programas didáticos ficava fragmentada entre as cátedras, cada qual delas com o grau acentuado de autonomia. A atribuição de coordenar e compatibilizar êsses programas, afeta no passado na generalidade das Escolas, ou Conselho Departamental, esbarrava nas prerrogativas dos catedráticos, não se conseguindo evitar nem a repetição do ensino do mesmo assunto por mais de uma cátedra, nem a omissão de temas importantes, dos quais o aluno não tomava conhecimento ao longo de todo o seu curso.

A supressão das cátedras, aliado à reestruturação das universidades brasileiras, ensejou a criação de órgãos colegiados cuja atribuição específica é a de coordenar os currículos. Dêsses órgãos se espera que aprecie em conjunto os programas das várias matérias a serem lecionadas a cada turma de estudantes ao longo de todo o curso, do primeiro ao último ano, entrosando as matérias básicas com as profissionais. Êsse colegiado deverá incluir representantes dos departamentos que contribuem para a execução do currículo, o qual passará a ter o caráter de integração, o de unidade, jamais alcançado na estrutura antiga das nossas universidades.

Os aludidos princípios de integração curricular devem extender-se ao ensino dos temas que interessam simultâneamente a internistas e a cirurgiões. As peculiaridades do ambiente hospitalar necessário, respectivamente, aos trabalhos da Medicina e da Cirurgia, condicionaram no passado, a entrega da Chefia dêsses dois tipos de serviços a profissionais de diferentes especializações cada qual na categoria de catedrático. Firmados nas prerrogativas da cátedra, incluiam os professôres nos seus programas de ensino muita matéria que era comum a outros programas. A organização dos currículos pode beneficiar-se imensamente com a integração do ensino dos aspectos clínicos e cirúrgicos das condições mórbidas susceptiveis de tratamento cirúrgico, graças à supressão de tais repetições, reconhecidamente inúteis. Esta integração no plano didático é, no regime de Departamentos, perfeitamente compatível com a diversidade de ambientes hospitalares, destinados às rotinas da Clínica Médica e da Cirurgia.

Tomando como exemplo o ensino referente às afecções do aparelho digestivo, no regime de Departamentos, tanto é possível dividí-lo conforme a tradição, entre as disciplinas médicas de um lado e cirúrgicas de outro, como é também possível, talvez com vantagem, efetuar a integração, num só Departamento, do ensino dos aspectos clínicos, cirúrgicos, radiológicos, laboratoriais, dêsse importante setor da patologia humana, mantendo-se, embora, as características próprias dos ambientes hospitalares destinados à Clínica Médica, à Cirurgia, à Radiologia, etc.

As matérias constantes do corrículo mínimo que ora se propõe foram sempre obrigatòriamente, lecionados, embora sob designações outras, as quais tinham o inconveniente de favorecer as repetições. Os programas das várias disciplinas, na nossa tradição, têm sido em geral muito sobrecarregados com assuntos supérfluos, cujo ensino terá sido de interêsse no passado, porém que já não mais importam à formação do futuro médico. A revisão dêsses programas, em muitos casos, ocasionará a redução de matéria, com vantagem para o mesmo.

VI — SUMÁRIO

Se levarmos em consideração as idéias acima expostas, os currículos dos cursos de graduação em Medicina deverão atender aos seguintes requisitos de ordem geral:

a) atribuir a necessária ênfase à metodologia do estudo dos problemas da saúde das coletividades, em vez de limitar-se quase exclusivamente a questões de saúde individual;

b) permitir que, ainda no curso de formação, atendendo à supervisão no âmbito da Escola, após haver adquirido visão global dos problemas da Saúde do Homem, possa o futuro médico adextrar-se, por sua escolha, nas tarefas especificas abrangidas no gênero de atividades que irá exercer logo após a formatura e ao longo da vida profissional;

c) integrar o ensino dos aspectos médicos e cirúrgicos das afecções possíveis de tratamento cirúrgico;

d) subordinar a distribuição da matéria a ser estudada ao mais racional aproveitamento dos recursos hospitalares disponíveis para o ensino, substituindo-se os critérios oriundos do extinto regime de cátedra, pelos da boa técnica da administração hospitalar.

VII — CURRICULO MINIMO DOS CURSOS MÉDICOS

A sugestão adiante apresentada incorpora as observações que constam da presente indicação:

A) — MATÉRIAS BÁSICAS

- Biologia — incluindo noções fundamentais de Citologia, Genética, Embriologia e Evolução;
- Ciências Morfológicas — incluindo Anatomia e Histologia;
- Ciências Fisiológicas — incluindo Fisiologia, Bioquímica e Farmacologia;
- Patologia — incluindo Microbiologia, Parasitologia, Imunologia e Processos Patológicos Gerais;

B) — MATÉRIAS PROFISSIONAIS

- Iniciação ao exame clínico — incluindo os fundamentos psicológicos da relação médico-paciente, interrogatório semiótica física e funcional e métodos complementares de diagnóstico.
- Bases da técnica cirúrgica e da anestesia.
- Patologia e Clínica dos órgãos e sistemas — incluindo doenças do aparelho circulatório, respiratório, digestivo, Hematologia, Neurologia, Dermatologia, Doenças Endócrinas e Metabólicas, Doenças do aparelho locomotor, Urologia (doenças do aparelho urinário, doenças do aparelho genital masculino), Oftalmologia e Oto-Rino-Laringologia.
- Obstetrícia e Ginecologia.
- Pediatria.
- Psiquiatria.
- Medicina Legal e Deontologia.
- Estudo da Saúde Coletiva, particularizando os aspectos nacionais e regionais, e incluindo: Epidemiologia, Medidas de profilaxia (saneamento do meio, saúde ocupacional), Administração da Saúde Pública e Organização da Assistência Médica.

VIII — DURAÇÃO DOS CURSOS MÉDICOS

Os cursos de Graduação em Medicina abrangerão:

a) o estudo das bases doutrinárias e a realização de exercícios práticos pertinentes às matérias do currículo mínimo, com participação em trabalhos de Ambulatórios e Enfermarias do Hospital-Escola — perfazendo o mínimo de 4.500 horas destinadas a proporcionar todos os alunos a visão global dos problemas médicos;

b) estágio obrigatório em Hospitais e Centros de Saúde adaptados ao ensino das profissões de Saúde, em regime de internato no qual se faculte ao aluno adextrar-se, por sua escolha, nas tarefas específicas abrangidas pelo gênero de atividades que irá exercer logo após a formatura e ao longo da vida profissional. atribuindo-lhe responsabilidade crescente na assistência ao doente, porém ainda sob a supervisão do pessoal docente — com duração mínima de dois semestres".

MESTRES QUEREM MÉTODO AUDIO-VISUAL PARA MELHOR ENSINO DA HISTOLOGIA

Trabalho de alta importância foi apresentado pelo professor Hélio Bezerra Coutinho em parceria com o cientista norte-americano Normam O. Harris, durante a primeira reunião de professôres de Histologia e Patologia realizada no sul do País. Nesse trabalho apontam novos métodos áudio-visuais como subsídio ao ensino da Histologia.

Esse trabalho foi alvo de comentários por ocasião do Congresso de Anatomia realizado no Recife. Foi elaborado nos seguintes têrmos:

"É raro haver um professor que deixa a sala de aula acreditando que nada foi omitido e que tudo foi devidamente explicado. É raro o professor que não se sente frustrado por não dispor de mais tempo para pesquisa, mais tempo para leitura, ou mais tempo para dedicar à ampliação dos conhecimentos dos bons alunos ou dos medíocres. É raro o professor que não deseja possuir meios adequados de reinformação que possam estimular as virtudes de uns alunos e superar a fraqueza de outros. Finalmente, é raro o professor que não deseja avaliar as suas próprias deficiências, para poder corrigí-las. Estas são as maiores preocupações de todos nós que nos dedicamos ao magistério.

A solução ideal para êsses problemas seria através do uso de método de ensino que permitisse uma constante reavaliação dos objetivos, que assegurasse apenas a apresentação dos assuntos consistentes com os últimos avanços do conhecimento e tivesse apenas professôres que pudessem falar com a precisão e eloquência necessárias para assegurar a máxima impressão inicial e a máxima retenção de todos os assuntos lecionados. Deveria haver um sistema de reinformação, pelo qual, o progresso do aluno pudesse ser constantemente controlado pelo professor e estudantes. Deveria haver um método graças ao qual, o próprio professor chegasse a conhecer as suas próprias deficiências de modo tomar as medidas corretivas necessárias. Finalmente, deveria haver um método pelo qual os bons e maus alunos fôssem ràpidamente identificados de maneira a ser dedicado maior tempo ao progresso individual, sem prejudicar o futuro dos outros estudantes.

Ao comparar os dois primeiros parágrafos acima, a impressão inicial é da existência de um conflito irreconciliável entre a realidade atual do ensino e as soluções ideais. Êsse fato é provàvelmente verdadeiro se nós continuamos a utilizar os métodos de ensino do passado. Não será verdadeiro, se utilizarmos alguns dos conceitos educacionais mais avançados e técnicas hoje exequíveis e que amanhã, ainda estarão mais aperfeiçoadas. Uma das mais promissoras de tôdas as técnicas é o uso do Estudo Programado. Esta técnica oferece a potencialidade de uma educação superior para todos os estudantes; uma educação que é mais econômica do que a atual e permite uma melhor utilização do tempo da mais importante fonte de recurso empregada no ensino — o professor.

Antes de discutir a utilização específica do estudo programado em Histologia torna-se necessária uma outra discussão da própria metodologia. Primeiro, o estudo programado é um método de ensino que usa vários aparelhos para a apresentação da matéria: um gravador magnético, um projetor de diapositivos ou de filmes, um vídeo-tape, um computador ou uma combinação de quaisquer dêstes aparelhos. Também, e esta é a parte mais importante do estudo programado, há o fato de que para cada etapa da apresentação da informação, deve haver uma resposta indissimulada do estudante, de modo a se ter a indicação de como o assunto está sendo assimilado. Inerente a essa resposta indissimulada está a possibilidade para ambos, o professor e os alunos, corrigirem as respostas certas e erradas. Se as respostas incorretas são em maioria, os estudantes não poderão atingir os objetivos do curso, ou com maior probabilidade, o material não lhes foi bem apresentado. Assim, há possibilidade de se saber se a deficiência é do aluno ou do professor. Usualmente, a falta recua à qualidade do ensino a qual, por sua vez, indica a violação de algumas linhas mestras do programa. É a aderência a essas linhas mestras que força o professor a ser um professor superior e a apresentação do curso possuir igual excelência. O professor que participa de um programa deveria avaliar cuidadosamente todos os parâmetros relacionados com o passado escolar do aluno matriculado no curso. Estimativas devem ser feitas sôbre o grau de conhecimento dos alunos; em adição, qualquer outra informação que poderia afetar o progresso do estudante deveria ser também considerada.

Acima de tudo essas evocações devem ser precisamente documentadas pelo professor responsável pelo curso.

Nesse ponto, o professor enfrenta a decisão mais crítica de tôdas. É a sua tarefa especificar os objetivos do curso. Êsses objetivos podem ser dados por escrito. Êles não deveriam ser de natureza geral, mas, clara e especificamente expostos. Usando a Histologia como um exemplo, o objetivo de cada aula teórica sôbre a célula não deveria ser assim indicado: "O estudante no fim do curso deverá ter proficiência bastante para ser aprovado nos exames de todos os assuntos mencionados nas aulas teóricas". Os objetivos poderiam ser assim expressos: "No término da aula teórica o aluno deverá ter conhecimento da célula, abrangendo informações detalhadas da terminologia, morfologia, fisiologia e química celular. Quando concluir as aulas de laboratório, o aluno será capaz de reconhecer a célula, seu núcleo, os nucléolos, o citoplasma e a membrana celular. Conhecimentos de eletromicrografias serão obtidos pelo uso de fotografias do retículo endoplasmático, dos centríolos, das mitocondrias e do complexo de "Golgi". Em outras palavras, não apenas os objetivos do curso devem ser claramente compreendidos, mas, também, a participação do estudante deve ser delineada. Um claro entendimento dos objetivos do curso facilitará a avaliação posterior da habilidade dos estudantes.

Quando os objetivos do curso estiverem completos, poderiam ser vistos por outra autoridade na matéria. Acôrdos e desacôrdos podem ser caracterizados a essa altura. É obrigação do professor solucionar essas dificuldades com base na sua experiência e conhecimentos, bem como preencher os vazios indicados pelos revisores.

Depois que os objetivos estão claramente definidos, o professor deve ordenar os assuntos na forma mais lógica e concisa para alcançar os objetivos já delineados. É essa etapa que representa o maior consumo de tempo no desenvolvimento de um programa. Usando novamente a célula como exemplo, se é esperado um conhecimento básico por parte do estudante da terminologia, morfologia, fisiologia e bioquímica dos vários componentes celulares, então, é resopnsabilidade do organizador do programa, desenvolver cada ponto de maneira a assegurar o alcance de cada objetivo. Cada módulo de informação relacionado com cada tópico deverá ser arranjado de maneira lógica e cuidadosa. O ajuntamento das informações deverá ser ordenado de forma a tornar fácil, tanto a leitura, como a assimilação, devendo os módulos serem dispostos em sequências prévias e subsequentes. Quando for possível, o módulo de informação deve aumentar em complexidade à proporção que o programa progride, com assuntos mais complicados sendo apresentados em etapas cada vez mais difíceis, a fim de facilitar o aprendizado.

Até êste ponto há poucas diferenças entre o desenvolvimento cuidadoso de um curso convencional e o estudo programado. Todavia no estudo programado, existem meios para que o estudante participe continuamente com respostas ativas. Estas respostas podem ser dadas ou por escrito numa única palavra, por levantar a mão, por apertar um botão do selecionador de respostas ou por alimentar a entrada de um computador. É essa demanda de respostas indissimuladas por parte dos alunos que caracteriza a interação entre o aluno e o programa. A demanda de respostas deve ser situada no próprio programa de modo a vir reforçar os aspectos descritos nos módulos anteriores, ou para preparar o aluno para assuntos futuros. Em momento algum dos trabalhos pode o estudante permanecer passivo à solicitação de respostas.

Para que o estudante, participando das respostas, realize a máxima interação com o programa, deve haver uma imediata realimentação para reforçar as respostas corretas ou extinguir os conceitos errôneos. A natureza da resposta permitirá ao realizador do programa determinar as áreas fracas de cada indivíduo, da classe como um todo, e do próprio programa.

Desde que o objetivo do estudo programado é permitir ao aluno dominar a matéria através da seleção apropriada da combinação de um grupo variado de aparelhos áudio-visuais, que são conjugados a um sistema ativo de respostas, então, um indivíduo isolado ou grupo, pode ser capaz de vencer um assunto, tanto em ritmo próprio como no ritmo da própria classe, sem a mediação ativa do professor.

É sôbre êste conceito que muitos professôres expressam suas preocupações acêrca do estudo programado, acreditando ser o conferencista um elemento essencial na transmissão das informações. Com os bons professôres êsse fato é verdadeiro; infelizmente, há uma grande escassez de bons professôres. Contudo, ao confrontar o potencial humano vs. apresentação programada, deve ser claramente compreendido que qualquer programa é um programa fraco se não se obtiver noventa por cento de respostas corretas para noventa por cento de participantes. Deixamos ao seu próprio julgamento se essa estatística se aplica ao seu ensino.

Resumindo, o desenvolvimento de estudo programado permite ao professor atingir os objetivos do curso, a selecionar as ajudas necessárias a implementar ações para alcançar êsses objetivos, e incorporar as respostas e sequências de avaliação necessárias a orientar o progresso do aluno, além de avaliar a perfeição do programa. Em cada um dêsses pontos, consultas a autoridades possibilitam melhoria do conteúdo do curso e a obtenção do máximo de compreensão por parte dos alunos.

Com o andamento do curso o aluno inteligente e aplicado terá possibilidade de progredir em ritmo acelerado; se êle for inteligente, mas dispersivo, seu avanço será em ritmo mais lento. No caso de se tratar de um aluno pouco inteligente, êle progredirá pela oportunidade de repetir as sequências, tantas vêzes quantas forem necessárias. O professor, devido sua participação decrescente no ensino, passa a ter atribuições diferentes. Ao invés de apresentar rotineiramente aulas teóricas ligeiramente melhoradas, de ano para ano, como uma decorrência do processo constante de revisão e avaliação, está livre para revisar os pontos considerados deficientes do programa. Suas relações com estudantes também sofrem modificações: deixam de ser uma fonte de informações e passam a agir como um diagnosticador das fraquezas e virtudes dos alunos. Êle poderá prescrever programas específicos de recuperação para os alunos fracos ou programas avançados para os mais proficientes.

Devido às características acima descritas para o estudo programado, não se torna difícil verificar que êsses princípios podem ser usados no ensino da Histologia, da patologia ou de quaisquer outras matérias. Apenas os limites da imaginação, conhecimentos, experiências e iniciativas podem restringir o alcance e a perfeição do curso. Com o emprêgo dos aparelhos áudio-visuais disponíveis no momento, não há razões para que bons programas não sejam preparados pelos elementos mais capazes da universidade, do país ou do mundo. Diapositivos bem selecionados e preparados, além de filmes, podem demonstrar detalhes de estrutura ou os próprios movimentos celulares, com absoluta clareza.

Para que se possa compreender o desejo de uma mudança nos métodos de ensino de histologia é apenas necessário revisar o que se faz no presente. Tradicionalmente, a aula teórica dada pelo professor é seguida pela aula prática de laboratório onde o microscópio é o aparelho dominante. O instrutor não dispõe de meios para aquilatar a extensão, por cada estudante, da assimilação da matéria. Também o aluno nunca está absolutamente certo de observar aquilo que se deseja que êle identifique. Como cada preparação é diferente da outra, não é possível explicar cada uma delas para todo o grupo, em em lugar disso, a mesma explicação é repetida individualmente, pelos instrutores, diversas vêzes. Por fim, o estudante deixa o laboratório sem que êle ou o instrutor estejam certos de haver aprendido tudo o que poderia ter sido aprendido. Sòmente, depois do exame é que essa dúvida será esclarecida; mas, a essa altura, já será muito tarde.

Os dados que se seguem representam um esfôrço para associar as técnicas do estudo programado ao ensino da histologia. Êste programa piloto está sendo desenvolvido graças ao esfôrço comum das Faculdades de Odontologia da Universidade de Pôrto Rico e da Universidade Federal de Pernambuco. Com certeza êste programa será revisado nos anos vindouros, e isso é esperado, porque o estudo programado encoraja mudanças que corrijem fraquezas.

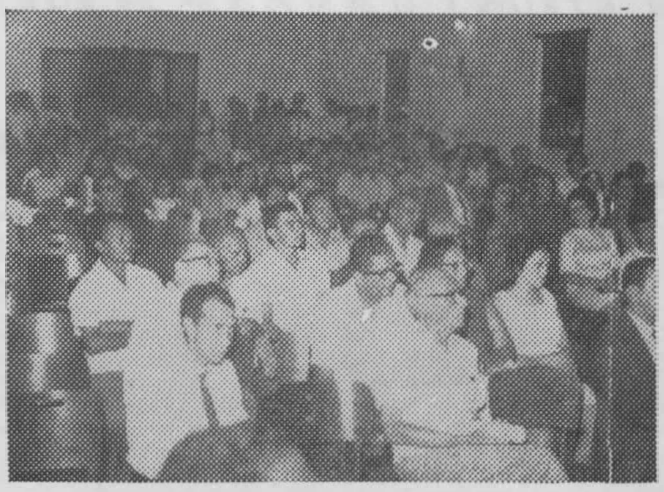
Iniciamos os trabalhos com a organização do questionário. Neste, a matéria de cada aula teórica foi dividida em dez tópicos ou módulos de informação, contendo cada módulo um agrupamento de fatos correlatos. Após cada afirmativa o estudante deve responder uma pergunta sôbre o assunto exposto, sem no entanto poder recorrer à explicação. A resposta certa é dada imediatamente ao estudante. Além das dez perguntas relacionadas ao assunto do dia e que foram precedidas de afirmativas, o aluno deve responder também duas perguntas da aula anterior e três outras que versam sôbre aulas mais remotas. As perguntas de revisão não são precedidas de explicações. Pelos resultados obtidos poderá o professor aquilatar a assimilação imediata e a capacidade de retenção de cada aluno.

As fases I e II estão em desenvolvimento. A fase I consiste de aulas gravadas em fitas magnéticas ,onde são aprofundados os pontos estabelecidos nos objetivos do curso. Cêrca de quarenta diapositivos são projetados sincrônicamente com a apresentação da gravação de cada aula. Deve ser referido que o rendimento obtido em trinta minutos de uma aula bem preparada no sistema de estudo programado dá um rendimento equivalente a noventa minutos de uma aula teórica nos métodos tradicionais de ensino. Cada texto, antes de ser gravado, é submetido à apreciação de um grupo de consultores de elevado conceito nas suas áreas de trabalho — um histologista, um patologista bucal, um especialista em microscopia eletrônica, um psicólogo e um membro do conselho norte-americano de exames (interrogation board). Essas pessoas fazem a revisão de cada aula de acôrdo com o seu ponto de vista individual. As sugestões são apreciadas por todos e os resultados traduzem o concenso geral. Dessa forma, o próprio desenvolvimento do programa tem sido uma fonte de aprendizado para todos os participantes.

A segunda fase está no momento em desenvolvimento e versa sôbre os exercícios de microscopia. Aqui, ao invés de ser empregado um microscópico, cada aluno terá à sua disposição um simulador de microscópio com aparência semelhante ao microscópio binocular .Com êle, todos os estudantes poderão simultâneamente, observar o mesmo diapositivo colorido de 35 mm, em duas ou três dimensões. Como cada aluno irá observar a mesma estrutura, a descrição de cada uma será gravada em fita magnética, chamando a atenção para os pontos de maior interêsse na fotomicrografia, acrescida das necessárias informações complementares. Desta forma o aluno ficará familiarizado com as estruturas que irá encontrar ao usar o microscópio, e o instrutor estará certo de que foi visto pelo aluno.

Ambas as fases são seguidas pela apresentação do questionário descrito prèviamente. Logo que o porgrama protótipo esteja concluido é nosso desejo estender seu emprêgo a tôdas as escolas que desejarem e aceitaremos tôdas as sugestões que possam corrigir omissões ou incorreções. Cópias das fotografias e das gravações podem ser feitas a preços de custo, para qualquer professor de histologia que pretenda uma série de microfotografias, diagramas ou tabelas. É apenas através do esfôrço cooperativo de tais programas que a nossa pesada tarefa de ensino poderá ser reduzida".

O CRUTAC-PE JÁ TEM PRONTO O REGULAMENTO



Aspecto do auditório de uma palestra sôbre "A Água" proferida por estudante de Farmácia do CRUTAC do R. G. do Norte

Em Palmares, membros da comissão de implantação do CRUTAC-Pe., em plena atividade

A comissão designada pelo reitor para implantar o CRUTAC-Pe. concluiu os seus trabalhos, enviando ao professor Murilo Guimarães relatório dando conta da missão.

A comissão era integrada pelos professôres Ruy João Marques, Nilo Pereira, Saul Tavares de Melo, Maria Haydée Ribeiro Teixeira, Bianor da Hora, Eudes de Sousa Leão Pinto, Fernando Cavalcanti de Figueiredo e Ovídio Montenegro.

O documento enviado ao reitor Murilo Guimarães tem a seguinte redação:

"I — A Comissão designada para implantar o CRUTAC-Pe., de acôrdo com a Portaria de Pessoal, nº 393, de 3.12.1968, tendo em vista a Portaria nº 6, de 12.5.69, dessa Reitoria, vem se desincumbir da tarefa que lhe foi cometida, passando às mãos de V. Magnificência, para a competente aprovação do egrégio Conselho Universitário, o Regulamento anexo, com o qual ficam estabelecidas as normas de funcionamento da aludida entidade.

II — Numerosas foram as reuniões realizadas com êsse objetivo, visando a disciplinar de modo eficaz os meios de interiorização da Universidade e a atender aos anseios e recomendações de V. Magnificência, empenhado, desde o primeiro momento, em levar por diante a idéia de que se fêz patrono o próprio Ministério da Educação e Cultura.

III — Nesse sentido, vale assinalar, foram numerosos os debates suscitados pela necessidade da existência do CRUTAC-Pe., tendo-se em vista, antes de tudo, a nossa própria conjuntura. A Comissão, por sua vez, teve na devida conta, como não podia deixar de acontecer, a experiência pioneira realizada com êxito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, onde o CRUTAC-RN se impôs pelos serviços prestados à comunidade universitária e à área ecológica onde ficou situado.

IV — É de notar que, ampliando o raio dêsses debates, sempre oportunos e indispensáveis, a Comissão houve por bem convocar uma reunião com Diretores das diversas Unidades Universitárias, explicando as finalidades do CRUTAC-Pe., ouvindo e recolhendo sugestões, e recebendo, nessa ocasião, o mais espontâneo e valioso apoio que a idéia está a merecer.

V — O Regulamento ora apresentado, Magnífico Reitor, exprime um esfôrço decisivo em proveito da interiorização da Universidade, atendendo substancialmente, ao treinamento de alunos e à ação comunitária, objetivos primordiais do CRUTAC-Pe., e cuja importância é desnecessário encarecer, pois foi justamente isso que imprimiu impulso nacional à entidade criada no Rio Grande do Norte. Êsse esfôrço de interiorização, sem prejuízo, já se vê, das condições gerais e universais específicas da Universidade, tornou-se ainda mais patente e satisfatório com a recente visita que alguns membros da Comissão fizeram a Palmares e mais dezoito Municípios da mesma área, onde os contactos estabelecidos, durante uma semana de trabalhos e pesquisas, foram grandemente animadores para a realização do ideal que nos move.

VI — A referida área foi escolhida para implantação do CRUTAC-Pe., graças, principalmente, à opinião emitida perante a Comissão pelos geógrafos Gilberto Osório de Andrade e Mário Lacerda de Melo, bem como pelo estatístico social Carolino Gonçalves, que, especialmente convidados, compareceram a uma de nossas reuniões. Teve a Comissão, ao convidar tão notáveis especialistas, o propósito de lhes solicitar a solução dum problema vital, do qual, em última análise, vai depender o funcionamento do CRUTAC-Pe. Se bem que a Comissão se inclinasse para essa solução, entendeu que era melhor ouvir os referidos professôres e técnicos, que, com louvável dedicação, digna do melhor registo, colaboraram decisivamente no sentido da escolha duma área que pudesse propiciar, como nos parece o caso, o melhor e mais proveitoso rendimento.

VII — A Comissão, pelos seus representantes abaixo assinados, ao fazer entrega a V. Magnificência do Regulamento anexo, não apenas se desincumbe, como ficou dito, da sua tarefa, como considera realizada a sua missão especifica, elaborando o ordenamento legal que possibilite a execução do plano de implantação e funcionamento do CRUTAC-Pe., na aludida área já escolhida, e onde a idéia foi recebida com entusiasmo e compreensão.

Na mais nos resta, Magnífico Reitor, senão agradecer a confiança que V. Magnificência depositou nos membros desta Comissão e reafirmar que tudo fizemos para corresponder a êsse alto e significativo gesto, no qual, desde o primeiro momento, se implicavam graves responsabilidades.

VIII — Esperamos que o CRUTAC-Pe., sob a esclarecida e patriótica orientação de V. Magnificência, na qualidade de Presidente do Conselho Superior atinja, como haverá de atingir, os seus objetivos culturais e sociais, nos quais se empenha a Universidade Federal de Pernambuco, contando, no caso, com a valiosa colaboração da Universidade Federal Rural de Pernambuco, verdadeiramente indispensável a essa obra ingente de interiorização e de promoção do homem.

Apresentamos a V. Magnificência, de par com os nossos agradecimentos, a expressão da nossa estima e do nosso melhor apreço".

REGISTRO DE CÂNCER: TENTATIVA DE CONTROLE DO MAL

O Departamento de Anatomia Patológica da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Pernambuco, dirigido pelo Professor Barros Coelho, mantém um Registro de Câncer, coordenado pelo Professor Bertoldo Kruse Grande de Arruda, tendo como colaboradores os professôres Manuel Ricardo Costa Carvalho e Adonis de Carvalho, secretariados por Cleonice Braga Fernandes Lima, cuja finalidade primordial é conseguir dados precisos sôbre a mortalidade por câncer assim como a morbidade do terrível mal.

O Registro de Câncer de Pernambuco recebe a cooperação das seguintes instituições: Serviço Nacional de Câncer, Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco, Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer, Delegacias Federais da Saúde e da Criança.

O Registro de Câncer foi criado em janeiro de 1966, anexo à cadeira de Anatomia Patológica da Faculdade de Medicina da UFPe., começou a funcionar, efetivamente, em maio de 1967.

A finalidade primordial do Registro é a de possibilitar o conhecimento do problema do câncer sob o ponto de vista da morbidade, ou seja, o número de casos, e o da mortalidade, isto é, o número de óbitos por câncer, o que permitirá o estudo da incidência e da prevalência da moléstia e verificar a existência de fatôres ligados às condições locais na gênese das formas de câncer, como para permitir o exercício do seguimento de todos os casos e colaborar nas campanhas de prevenção e detecção do câncer, assim como permitir que sejam feitas pesquisas experimentais, epidemiológicas e clínicas.

A situação no Recife

No Recife, tem-se constatado um aumento progressivo da mortalidade por câncer, cujos dados, por exemplo, já se equivalem, aos da mortalidade por tuberculose.

Em relação à morbidade deve ocorrer fato idêntico, mas êsse incremento sòmente poderá ser avaliado quando dispusermos de um registro satisfatório dos casos.

O Registro de Câncer procura suprir as deficiências comumente observadas nas estatísticas publicadas, baseadas em dados de mortalidade, os quais, não mostram com fidelidade a situação, principalmente porque, muitas formas de câncer, por exemplo, da pele, não conduzem ao óbito, sendo compatíveis com longa sobrevida e os pacientes morrem de outras doenças, não constando, consequentemente, do obituário de câncer. Algumas formas de câncer não levam diretamente ao óbito, mas sim, de modo indireto, como é o caso de câncer de colo uterino, em que a morte sobrevem, geralmente, por complicação renal, resultante da compressão dos ureteres pelo tumor.

Em todos os países

As estatísticas publicadas em várias partes do mundo têm mostrado que o câncer não é problema apenas em países desenvolvidos. Já não restam dúvidas de que algumas formas de câncer são mais frequentes nas regiões subdesenvolvidas, principalmente os carcinomas epidermóides e entre êles, em particular, os de colo uterino, boca, pênis e os carcinomas epidermóides e baso-celular da pele. Os dados obtidos pelo Registro em 1967, mostram que 50,5% dos cânceres diagnosticados no Recife incluem-se nessas localizações, o que vem atestar o baixo nível sanitário-educacional da população, de vez que se trata de formas previníveis e fàcilmente diagnosticáveis.

Aspecto estatístico levantado pelo Registro

O Registro de Câncer de Pernambuco está organizado em três setores: um Conselho Deliberativo, composto de representantes dos órgãos mantenedores, um Conselho Consultivo, constituido de Comités integrados por especialistas que contribuem, seja com sua experiência, seja com sua casuística, para o aprimoramento dos dados do Registro, por um Grupo Executivo a quem cabe a execução do trabalho.

Vale ressaltar alguns aspectos das estatísticas levantadas pelo Registro: a) a mortalidade por câncer está em ascenção, tendo cruzado a curva da mortalidade por tuberculose no ano de 1961 e em 1967 o seu coeficiente foi de 51,80 enquanto o referente a tuberculose situou-se em 41,38; b) desde 1958 vem ocupando o câncer o 5º lugar, como causa de morte e em 1967 passou ao 4º lugar, representando naquele ano 2,9% do obtuário geral e neste último 5,9%; c) a sua maoir incidência é a de formas previníveis, fàcilmente diagnosticáveis, e, consequentemente, com alta margem de curabilidade, quais sejam as neoplasias malígnas da boca que foi de 3,42% para 100.000 habitantes, a do colo do últero que foi de 34,71, da pele, de 18.65 e do pênis, de 6,02 sôbre o mesmo número de habitantes.

Isto significa que poderemos reduzir acentuadamente a incidência do câncer no Recife, se houver uma maior compreensão para o problema, seja da parte do público, seja da classe médica; no tocante à mortalidade, vemos que é bem mais baixa naquelas formas mais frequentes, que não provocam, diretamente, o óbito, o qual é rotulado sob outra rubrica; outro aspecto digno de nota é apresentarem certas localizações: esôfago, estômago, fígado, pulmão, pâncreas e peritônio, sistema nervoso e leucemia, altas taxas de mortalidade, contrastando com os baixos índices de mortalidade respectivos. Para algumas dessas formas, como as de esôfago, pulmão, pâncreas e peritônio, fígado e sistema nervoso, a explicação dessas elevadas taxas está no fato de serem formas metastáticas, não se preocupando o atestante em procurar saber a localização primária das neoplasias referidas: do estômago e as leucemias, são deficiências do Registro que estão sendo corrigidas com a coleta de dados nos laboratórios particulares de Hematologia, para o caso das leucemias e nos consultórios de clínicos e serviços de radiologia, em face da evidência de que, muito embora o exame anatomopatológico seja essencial para o diagnóstico de câncer, algumas vêzes, podemos aceitá-lo independente dessa comprovação, apenas com o estudo radiológico e clínico adequados, como é o caso, por exemplo, do câncer do estômago e o câncer cutâneo.

JORNAL UNIVERSITÁRIO

ANO II — N.º 12 Recife-Pernambuco Agôsto de 1969

NILO PEREIRA FALA SÔBRE SEU NÔVO LIVRO

Em 1967 o Vice-Reitor Jônio Lemos apresentou ao Conselho Universitário uma proposição tendente a facilitar a professôres da nossa Universidade a elaboração de obras que ampliassem, de certo modo, os seus cursos escolares e divulgassem os seus conhecimentos. Como primeira manifestação dessa idéia, apresentou os nomes dos professôres Nilo Pereira e Luiz Delgado.

O voto unânime dos Conselheiros aprovou essa iniciativa, tendo o prof. Fernando Menezes manifestado o desejo de que propostas iguais viessem a surgir.

Agora, acabam de ser apresentados ao Magnífico Reitor Murilo Guimarães e por êle encaminhados à Imprensa Universitária os primeiros textos elaborados em consequência da resolução referida.

PROF. NILO PEREIRA

Sabendo que o prof. Nilo Pereira, ex-diretor da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco e catedrático do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, tem novos livros a publicar, em virtude dessa resolução, êste Jornal resolveu ouvi-lo a respeito. O prof. Nilo Pereira prestou-nos as seguintes declarações:

"O Conselho Universitário, por iniciativa do prof. Jônio Lemos, Vice-Reitor da Universidade Federal de Pernambuco, atribuiu-me a tarefa de continuar as pesquisas históricas encetadas quando da publicação pela Imprensa Universitária, 1966, do meu livro **Dom Vital e a Questão Religiosa no Brasil**, prefácio do prof. Newton Sucupira. A incumbência é realmente honrosíssima. Continuei, então, a investigar o assunto, mas, já agora, por outro prisma. Entendi sempre que a chamada Questão Religiosa — que o Conselheiro João Alfredo, a princípio, chamou Questão Maçônica — não foi apenas uma luta local entre a Igreja e a Maçonaria, e sim um choque jurisdicional entre a Igreja e o Estado, no Brasil".

A NORMA LEGAL

"Tudo isso", continua o entrevistado, "decorria, em última análise, da própria norma legal. O art. 5º da Constituição do Império determinava que a Religião Católica continuava sendo a Religião oficial do Estado. Só na aparência, com efeito, isso podia parecer uma conquista da Religião, pois esta, como tantas vêzes salientou Dom Macêdo Costa, passou a ser "serva do Estado". Não caberia aqui, decerto, a enumeração, por ser longa e enfastiante, dos numerosos casos anteriores à Questão Religiosa e pelos quais vemos que as relações entre a Igreja e o Estado, no Segundo Reinado, e mesmo nos primórdios do Primeiro, não eram nada satisfatórias nem pacíficas. Surgiram vários casos, alguns dos quais resolvidos no Conselho de Estado pela sabedoria e pela prudência, entre outros, do Marquês de Olinda".

CONFLITO DE PODÊRES

— Teria sido isso, então, perguntamos, um conflito de podêres?

"Foi exatamente isso: um conflito de podêres. O problema é, portanto, amplo, complexo, não cabendo nas generalizações em que, via de regra, se esgota. O poder espiritual, no Segundo Reinado, viu-se confinado a normas substantivas e adjetivas que limitavam a sua jurisdição especifica; e foi isso que suscitou, como remate decisivo, a famosa Questão Religiosa, que não é ainda, entre os nossos historiadores, um mundo de todo desbravado. Foi, justamente, êsse conflito de podêres que tentei estudar no nôvo livro que vou oferecer à Universidade Federal de Pernambuco, como resultado de pesquisas empreendidas e por determinação, como já disse, do egrégio Conselho Universitário, que muito me honrou e estimulou com o seu apoio, através da Resolução citada".

A PESQUISA HISTÓRICA

— "Para prosseguir nesse trabalho, ampliado pela própria visão dos acontecimentos, deslocados do âmbito local para o nacional e mesmo para o internacional, tive que fazer novas investigações históricas, que, de resto, eram cada vez mais sedutoras. Quando realizei, na antiga Faculdade de Filosofia, a convite do Prof. Newton Sucupira, algumas conferências sôbre a Questão Religiosa, ampliadas depois e enfeixadas em livro, a pesquisa então empreendida foi baseada, de modo especial, em jornais e revistas de Pernambuco, no último quartel do século passado. Êsses velhos jornais — uns já bastante amarelecidos e devastados pelo tempo — e essas velhas revistas consultei-os apaixonadamente na Biblioteca Pública do Estado, onde o seu diretor, o historiador Olympio Costa Júnior, é pródigo na ajuda que dispensa aos estudiosos. Graças a êle êsses velhos jornais ainda podem ser lidos. Sugeri no Conselho Estadual de Cultura, ao qual tenho a honra de pertencer, que êsses exemplares fôssem quanto antes microfilmados. O pesquisador, entre nós, tem ainda que lutar contra essa deficiência, revestindo-se de paciência — nunca assás louvada pelo antigo adjetivo que a caracteriza: beneditina — para ir até o fim. Jornais leucêmicos como chamei, isto é, quase sem sangue, de tão amarelos, ofereciam uma riqueza imensa não de todo explorada no assunto. Houve na imprensa da época renhida polêmica sôbre a Questão Religiosa, sem falar nas "charges" e caricaturas de revistas que não poupavam Dom Vital, Bispo de Olinda, nem os jesuitas".

NOVAS FONTES

— Para elaboração dêsse nôvo livro, de que novas fontes se serviu?

— "Não sei se posso falar, a rigor, de novas fontes, a não ser comparando-as com as que usei anteriormente, responde o prof. Nilo Pereira. Novas fontes, digo bem, porque, até então, não as havia lido nem consultado. Trata-se de velhas publicações — folhetos e opúsculos, principalmente, — que constituem uma riqueza para o exegeta não só da Questão Religiosa, mas da própria época. Foi êsse, se me permite a expressão, um nôvo deslumbramento. Pude, então, colocar a Questão em outro ângulo, sem fugir, está claro, ao essencial; e êsse outro ângulo, que não despresa de modo nenhum a informação dos velhos jornais, é o da interpretação de juristas de um lado e de outro — contra e a favor da Questão Religiosa — quando o problema, já se vê, tomou a sua forma definitiva: um choque entre o poder espiritual e o poder temporal. Ao lado disso, tentei uma interpretação que um tanto ousadamente chamaria sociológica da Questão Religiosa, pois acredito que ela deva ser vista não apenas como um caso passado nas altas esferas, mas no seio do povo. Ficou provado, em várias oportunidades, que a Religião do Estado não era a Religião da Igreja".

O LIVRO, AFINAL

— Ainda não sabemos qual o título dêsse nôvo livro.

— "É exato. Primeiro cuidei da concepção da criança — pois um livro é um filho e nunca sabemos qual é o caçula — e só depois do nome. Já estamos vendo que um livro com essa intenção pode chamar-se, como se chamará: **— Conflitos entre a Igreja e o Estado**. E como cuidar bem do filho é também escolher um bom padrinho, o prefaciador será o escritor Gilberto Freyre. Vejo em Gilberto Freyre um admirador de Dom Vital, pernambucano. Pernambucano como êle próprio fazia questão de dizer que era".

ESPÍRITO DE PROVÍNCIA

— "Ainda em decorrência da aludida Resolução do Conselho Universitário" — prossegue o prof. Nilo Pereira — "entreguei, recentemente, ao Magnífico Reitor da Universidade Federal de Pernambuco, Prof. Murilo Humberto de Barros Guimarães, os originais datilografados do livro intitulado **Espírito de Província**, outro bem batizado, pois tem como prefaciador prof. Sylvio Rabello. Êsse livro é um estudo de fatos e personalidades da Província, entendida também como Região. A Universidade, inclusive por dispositivo estatutário, vai assumindo caráter cada vez mais regional, sem perder suas características universais. O saber regional é também um saber universal. Parece-me ser do interêsse da Universidade conhecer as motivações nordestinas — ou, se quiserem, ecológicas — que determinaram, no espaço e no tempo, as coordenadas da nossa cultura e do nosso humanismo. Essa, a intenção dêsse livro".

UM ADVOGADO DE DOM VITAL

— "Prosseguindo nas minhas pesquisas, para cumprir, quero acentuar uma vez mais, a Resolução do Conselho Universitário, que, para tanto, me concedeu uma Bolsa especial — estou preparando um estudo, ou ensaio histórico-biográfico, sôbre o Dr. Tarquínio Bráulio de Souza Amarantho, que foi na imprensa do Recife e no Parlamento do Império um dos maiores defensores de Dom Vital, na famosa Questão Religiosa. Trata-se, infelizmente, de figura um tanto esquecida, mas de grande atuação no seu tempo. Nascido no Rio Grande do Norte, radicou-se no Recife, onde foi professor (lente, como se dizia na época) de Direito Civil na Faculdade de Direito do Recife. Seus discursos na Câmara Temporária marcaram por um alto senso juridico-social das questões vigentes, notadamente a que se chamou Religiosa e que tantos aspectos teve".

UMA SEGUNDA EDIÇÃO

— "Por fim", conclui o prof. Nilo Pereira, "quero informar que já entreguei ao jornalista Esmaragdo Marroquim, diretor da Imprensa Universitária, dois capítulos para a segunda edição do meu livro **Dom Vital e a Questão Religiosa no Brasil**, que se acha esgotado. Quando me dizem que êsse livro está esgotado, não atribuo o fato apenas ao interêsse pela figura de Dom Vital, mas a sugestiva e atraente capa feita por Wilton de Souza"...

PROF. LUIZ DELGADO

O livro do prof. Luiz Delgado intitula-se **Gestos e Vozes de Pernambuco** e compõe-se de treze capítulos em que é feita a história cultural de nossa terra, desde os fins do século XVIII, quando se começaram a fazer sentir na vida universal as mudanças decorrentes da Revolução Francesa, e, na mentalidade lusitana, as reformas do Marquês de Pombal. Essas inovações apresentaram-se, em Pernambuco, nas figuras do Bispo Azeredo Coutinho e do botânico Manoel de Arruda da Câmara, e continuam-se nas instituições por êles criadas: o Bispo cria o Seminário de Olinda e o botânico, que é pregador político, funda o Aerópago de que vão sair as Academias e, de certo modo, as Lojas Maçônicas.

A reportagem do Jornal Universitário sabendo que o prof. Luiz Delgado, assim como o prof. Nilo Pereira, havia entregue os originais de seu livro à Imprensa Universitária, foi procurá-lo.

PENSAMENTO PERNAMBUCANO

A respeito da obra que acaba de escrever, o catedrático da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco informou-nos que "a possível novidade do meu trabalho consiste em alargar a visão geral que se tem do nosso pensamento pernambucano, e em estabelecer, dentro dêle, uma constância de linhas fundamentais".

"Em matéria literária, por exemplo, as letras aparecem como reveladoras de preocupações que se diriam utilitárias, querendo resolver problemas sociais. As manifestações culturais mais importantes resumem-se, no começo do século, ao debate político. Se a poesia romântica prende-se ao sentimento pessoal do poeta, logo, o problema dos escravos e a Guerra do Paraguai dão-lhe um tom diferente; os estudos literários que aqui se realizam, encaminham os romances de Franklin Távora e as pesquisas folclóricas. Só neste século, a literatura vai fazer-se mais atenta aos seus próprios problemas".

CONFIGURAÇAO LEGALISTA

"À luz dessa preocupação social ou sociológica é que se deve considerar a atuação do chamado bacharelismo: na verdade o Curso Jurídico recebeu o patrimônio de preocupações politicas da comunidade, manifestadas nas revoluções de 1817 e 1824 e — sobretudo levando em conta a vigência do constitucionalismo, que se iniciava, — deu a tudo uma configuração legalista".

"Da mesma forma", prosseguiu, "os juristas, em seus numerosos estudos de Direito Eclesiástico, não sòmente estruturaram as ligações entre a vida religiosa e a política, senão ainda concorreram para outra evolução em que um episódio como o das lutas de Dom Vital, aparece apenas como sinal de um esclarecimento do senso religioso em face de uma realidade social que já não era a mesma em que teriam tomado corpo as instituições da monarquia lusitana", finalizou.

Assim, a interpretação das influências e das preocupações e a continuidade das linhas de ação, destacam-se na pesquisa feita pelo prof. Luiz Delgado, como realidade características do pensamento pernambucano ao longo de um período que começa em 1800 e acaba, aproximadamente, com a revolução de 1930.

ELEGIA

LEONIDAS CAMARA

Volta-se sempre o sonho para a infância tardia,
Que tardia é a infância dos poetas
Numa sempre manhã da vida.
Velha imagem romântica que recorda
A primitiva doçura de viver,
Quando a palavra florescia
Das pequenas ondas do mar
Das circunspectas árvores,
Das verdes folhas sem nome
E das flôres que antes cobriam os campos.
E lembrar que a palavra era o segrêdo
Dos chamados mistérios,
Dogmas da fé cristã
Que cêdo se apagaram
Da memória das coisas.
Resta a lembrança amarga e incoerente
Da prata rebrilhante do ataúde
Na longa e erma noite de inverno;
E o nome do morto no sepulcro,
Na antiga lage
Ornada de ciprestes,
Encimada por um anjo de brancas e permanentes asas.
Asas que da águia o vôo vertical no sol de primavera
Deram a primeira vertigem das alturas,
O mergulho de que necessitava a grande ave
Para ser feliz
E nem sequer o pão de cada dia
Veio à bôca do camponês,
Quando a casa grande se fazia em festas,
Quando os escravos rodavam o engenho poderoso
E a rainha de França curava os seus males
Na branca fonte de açúcar,
E o delfim descuidado, espada à cinta,
Recordava velhas batalhas mouriscas...